



Número: **0819624-97.2015.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **9ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **28/08/2015**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SAVIO SILVA DE AGUIAR (AUTOR)		MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA (ADVOGADO) ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO) JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)		ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
1896205	28/08/2015 10:57	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
1896214	28/08/2015 10:57	<a href="#">digitalizar0120</a>	Outros Documentos
2711797	19/01/2016 12:13	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
2786877	22/01/2016 13:48	<a href="#">Carta</a>	Carta
3114642	04/03/2016 09:23	<a href="#">Habilitação em processo</a>	Petição de habilitação nos autos
3114681	04/03/2016 09:23	<a href="#">2078778 PETICAO HABILITACAO SAVIO SILVA DE AGUIAR PB</a>	Outros Documentos
3114683	04/03/2016 09:23	<a href="#">2078778 CONTESTAÇÃO SAVIO SILVA DE AGUIAR</a>	Outros Documentos
3114686	04/03/2016 09:23	<a href="#">SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S</a>	Substabelecimento
3114689	04/03/2016 09:23	<a href="#">MARISTELLA-2</a>	Substabelecimento
3114690	04/03/2016 09:23	<a href="#">PROCURAÇÃO - TODAS AS SEGURADORAS-email</a>	Substabelecimento
3114693	04/03/2016 09:23	<a href="#">SUBSTALECIMENTO LIDER - RUEDA</a>	Substabelecimento
3396597	05/04/2016 16:04	<a href="#">Aviso de Recebimento</a>	Aviso de Recebimento
3396598	05/04/2016 16:04	<a href="#">ar</a>	Aviso de Recebimento
3502784	15/04/2016 12:50	<a href="#">Petição</a>	Petição
3502790	15/04/2016 12:50	<a href="#">2078778-TERMO DE ACORDO</a>	Outros Documentos
3502793	15/04/2016 12:50	<a href="#">2078778-LAUDO</a>	Outros Documentos
3675559	04/05/2016 18:43	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
3793423	17/05/2016 22:52	<a href="#">Sentença</a>	Sentença

38600 84	23/05/2016 06:59	<a href="#">Certidão Trânsito em Julgado</a>	Certidão Trânsito em Julgado
38600 87	23/05/2016 07:01	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
35028 39	16/06/2016 17:00	<a href="#">Petição</a>	Petição
41257 00	16/06/2016 17:00	<a href="#">2078778 - PETICAO DE CUMPRIMENTO</a>	Outros Documentos
41260 50	16/06/2016 17:10	<a href="#">Petição</a>	Petição
41260 54	16/06/2016 17:10	<a href="#">2078778 - PETICAO DE CUMPRIMENTO</a>	Outros Documentos
41260 57	16/06/2016 17:10	<a href="#">2078778 - COMPROVANTE DE PAGAMENTO</a>	Outros Documentos
46723 71	10/08/2016 11:16	<a href="#">Petição</a>	Petição
91658 69	14/08/2017 12:00	<a href="#">REQUER EXP DE ALVARÁS</a>	Petição
99348 00	27/09/2017 18:53	<a href="#">Cálculo(s) da Contadoria</a>	Cálculo(s) da Contadoria
99348 21	27/09/2017 18:53	<a href="#">PJE Nº 0819624-97.2015.8.15.2001 - 9ª VARA CÍVEL - SAVIO SILVA AGUIAR</a>	Cálculos
10431 511	26/10/2017 16:49	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
10614 811	07/11/2017 14:31	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
10618 933	07/11/2017 17:28	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
10842 668	14/11/2017 16:09	<a href="#">Alvará de Levantamento</a>	Alvará de Levantamento
10859 718	16/11/2017 11:16	<a href="#">Petição</a>	Petição
14704 756	11/06/2018 17:21	<a href="#">Alvará de Levantamento</a>	Alvará de Levantamento
14841 508	14/06/2018 18:46	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
41260 84	19/07/2018 11:40	<a href="#">Petição</a>	Petição
15940 222	14/08/2018 16:37	<a href="#">Petição Juntada Comprovante Custas Finais</a>	Petição
15940 234	14/08/2018 16:37	<a href="#">PETIÇÃO JUNTADA CUSTAS FINAIS</a>	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
20774 808	24/04/2019 16:54	<a href="#">Cálculos</a>	Cálculos
20774 809	24/04/2019 16:54	<a href="#">CERTIDÃO DE ACUMULO pje</a>	Cálculos
20774 811	24/04/2019 16:54	<a href="#">CERTIDÃO custas 0819624-97.2015.8.15.2001</a>	Cálculos

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CIVEL  
DA COMARCA DA CAPITAL.

**JUSTIÇA GRATUITA**

**RITO ORDINÁRIO**

**SAVIO SILVA DE AGUIAR**, brasileiro, união estável. estudante, inscrito no RG de n.º 3833518 SSP/PB e CPF de n.º 110.615.554-88, residente e domiciliado a Rua São João, n.º 505/A, Varjão, João Pessoa/PB, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço á Avenida João Machado 399, sala 101, Centro, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

***AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)***

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º. 09.248.608/0001-04, que poderá ser citada, Na Rua Senador Dantas, n.º. 74 5º andar, centro, Rio de Janeiro, CEP 2003120, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante.



## **INICIALMENTE**

### **DA JUSTIÇA GRATUITA**

O promovente à luz do que dispõe a lei nº. 1.060/50, vem à presença de Vossa Excelência, requerer os benefícios da justiça gratuita, até decisão final do feito, diante do que aduz o art. 4º da referida Lei:

“A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio ou de sua família”.

## **2 - DOS FATOS**

O promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido, **05/11/2014**, tudo conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.



Por ocasião do acidente, o autor sofreu inúmeras lesões, que o deixaram com sequelas irreversíveis, o que o torna beneficiário do seguro denominado (DPVAT), devido as múltiplas lesões, fratura do MIE, **que o deixou com debilidade permanente**, sendo passível de receber indenização integral, qual seja, o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

-

**O demandante, ao ingressar com o requerimento na via administrativa, solicitando a liberação do referido seguro, recebeu de uma das seguradoras que fazem parte do complexo de seguradoras denominado FENASEG a quantia de R\$ 1.687,50 em 14/08/2015, conforme documentação acostada.**

-

Contudo, o valor realmente devido ao autor corresponde a uma quantia bem maior do que a que recebera, pois a Lei que regulamenta o pagamento do seguro advindo de acidente automobilístico ordena as seguradoras que efetuem o pagamento na quantia de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Desse modo facilmente observa-se que o pagamento efetuado pela seguradora ao promovente foi feito a menor do que era para ser devidamente pago, conforme ficará provado.

### **3 - DO DIREITO**

#### **3.1 - DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM**

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S.A**

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:



**“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”.** (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

#### **DA CARÊNCIA DE AÇÃO- Preliminar de Ausência de submissão à instância administrativa.**

Merece rejeição a preliminar de ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim. Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de exaurimento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial.

#### **3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL**

**No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico especialista, da confiança deste juízo, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.**

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a



ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

### 3.4 - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

**“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.** (grifo nosso)

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

***“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”.*** (destaque nosso).

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.



Independe, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

**“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.**

É incontestado, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

### **3.5 - DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO**

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

**“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:**

**- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

-



#### 4 - DA POSTULAÇÃO

**EX POSITIS**, requer a Vossa Excelência:

- a) ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;
- b) ao final, JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE a demanda em epígrafe para condenar a seguradora promovida a pagar **a diferença devida ao promovente** equivalente hoje a R\$ 11.812,50, corrigido desde a data do evento danoso, conforme súmula 54 do STJ;
- c) **Que seja designado perito judicial, com intuito de realização de avaliação médica especializada conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;**
- d) Conceder os benefícios da gratuidade judiciária, tendo em vista ser o autor pobre na forma da lei;
- e) Ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20% (vinte), sobre o valor da causa, em caso de recurso.

Por fim requer que todas as citações e intimações sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** ao Doutor, JOSÉ EDUARDO DA SILVA, OAB/PB 12.578 sob pena de nulidade.

Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 11.812,50.



Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 28 de agosto de 2015.

**JOSÉ EDUARDO DA SILVA**

**OAB/PB 12.578**

**ALEXANDRA CESAR DUARTE**

**OAB/PB 14.438**

**MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA**

**OAB/PB 17.295**

**QUESITOS**



- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?
- 5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente acometido?
- 6) A lesão sofrida pelo autor afetou a função do membro?



**SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS  
ADVOCACIA & CONSULTORIA**

Av. João Machado, 399, Sala - 01, Centro, João Pessoa-Paraíba.  
87326361/86602858/88812056/93421170/98722687/35126361-

**PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"**

NOME Sélio S. da Aguiar  
CPF 110 615 554-88 RG 3 833 518  
ESTADO CIVIL União Estável PROFISSÃO Advogado  
ENDEREÇO R. S. José - N. 505 - Varões - JP - PB  
TELEFONE 8620-1003 / 8636-1370 / 8808-7726-1  
8752-4678

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578, ALEXANDRA CESAR DUARTE, OAB/PB sob o n. 14.438, MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA, OAB/PB 17295, com escritório profissional sito à Avenida João Machado 399, sala 01, Centro, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outorgante, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bem, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

**GRATUIDADE JUDICIARIA**

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa, 19 de 11 de 2014

x Sélio S. da Aguiar

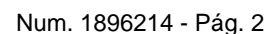
OUTORGANTE





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1956





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
GERÊNCIA EXECUTIVA DE POLÍCIA CIVIL METROPOLITANA  
DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS DA CAPITAL  
Praça Firmino da Silveira, S/N, Varadouro – CEP: 58.010-170 – Fone: (83) 3218-5334



## BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 928/2015

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, nesta cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Delegacia de Acidentes de Veículos da Capital, sob a responsabilidade do Delegado de Polícia Fernando Barbosa de Carvalho, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, aí por volta das 15:00h, compareceu o (a) Senhor (a): **SÁVIO SILVA DE AGUIAR**, brasileiro, natural de João Pessoa/PB, solteiro, com 19 anos de idade, Estudante, Ensino Médio, filho de Sergiano Farias de Aguiar e de Nadja Lúcia da Silva, RG. 3.833.518-SSP/PB, residente na Rua Mourão Rangel, nº 512, Bairro do Rangel, nesta capital, o (a) qual notificou o seguinte: QUE, no dia 05/11/14, por volta das 11:40h, quando conduzia a motocicleta de marca HONDA/CG 125 FAN ES, cor vermelha, ano 2013, de placa OFX-4549/PB, chassi nº 9C2JC4120DR548438, registrada em nome de Nadja Lúcia da Silva, por uma via que fica localizada no Bairro do Cristo Redentor, nesta cidade de João Pessoa/PB, após ser atingido na sua parte traseira por um veículo de placa não identificada, o notificante perdeu o controle de direção caindo ao solo, e que em decorrência desse fato veio a sofrer fratura do tornozelo esquerdo, sendo conduzido ao Complexo Hospitalar de Mangabeira onde se submeteu a procedimentos médicos. Por este motivo notificou o fato. O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa (PB), 19 de março de 2015.

  
Notificante

Carlos Antônio Duarte Félix  
Escrivão de Polícia Civil  
Mat. 135.682-8

  
Escrivão





FATURADO *Alta*



05.11.2014



Complexo Hospitalar  
**MANGABEIRA**

GOVERNADOR TARCÍSIO BURITY

*Truqueado o dia 13/08/2013 para o Zoloso - para autorizar*

*mag*  
**PRONTUÁRIO**

*05.11.14*

Nº: *2013.12.1088*

NOME DO PACIENTE:

*Sélio Siqueira de Aguiar*

ENFERMARIA: *HN 20* LEITO: *03*







## RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: <u>Sara Silva Aguiar</u>				Registro:	
Idade: <u>18</u>	Sexo: <u>Mas</u>	Cor: <u>Pbr</u>	Clinica: <u>010</u>	EMP:	LR:
Data: <u>24/08/14</u>	Cirurgião: <u>Dr. M. S.</u>			1º Assistente: <u>Dr. Silva</u>	
2º Assistente: <u>Dr. M. S.</u>	3º Assistente:			Instrumentador:	
Anestesista:	Tipo Anestesia:			Horário: <u>11</u>	<u>T</u>

### DIAGNÓSTICO (S) PRÉ-OPERATÓRIO

CID

- Feb. torçozelo  
Forma infectada no  
torçozelo

### DIAGNÓSTICO (S) PÓS-OPERATÓRIO

CID

0.0000

### PROCEDIMENTO (S) CIRÚRGICO (S)

CÓDIGO

- Desbridamento cirúrgico

Acidente durante Ato Cirúrgico 1 ( ) Sim  
2 (x) Não

Descreva:

Biópsia de Congelamento: 1 ( ) Sim  
2 (x) Não

Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:

1 (x) Enfermaria 2 ( ) Terapia Intensiva 3 ( ) Residência 4 ( ) Óbito durante o Ato Cirúrgico

Rua Aq. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-334, Mangabeira II, João Pessoa - PB





DIGITADO



Comunidade Hospitalar  
MANAUS

MINISTÉRIO DA  
SAÚDE  
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

# Planilha de Faturamento Hospitalar

CIRÚRGICA

AIH	PRONTUÁRIO	DATA ENTRADA	DATA SAÍDA
2514100784790	5013121068	05/11/2014	05/12/2014
NOME DO PACIENTE		DATA NASCIMENTO	
Sandro Silva de Aguiar		27/11/1995	
CNS			
201741583180001			
NOME DA MÃE			
Marta Louisa da Silva			
ENDEREÇO		NÚMERO	
Rua São João		605	
BAIRRO		TELEFONE	
Rangel		8636197	
MUNICÍPIO		ESPECIALIDADE LEITO	
Manaus		01- Cir.	
PROCEDIMENTO SOLICITADO	MUD. PROC.	PROCED. REALIZADO	MOD. ATENDIMENTO
0408050578	<input checked="" type="radio"/> SIM <input type="radio"/> NÃO	0415040035	HOSPITALAR
CARACTER DO ATEND.	CID PRINC.	CID SECUND.	MOTIVO DA ALTA
01- Elet. 02- Urg.	4813	4899	12
ENFERMAGEM	LEITO	CAUSA MORTE	
20	03		
CPF SOLICITANTE	DATA AUTORIZAÇÃO	CPF RESPONSÁVEL	
201561344340005	05/11/2014	Kalyssa	
AIH ANTERIOR	AIH POSTERIOR		

DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTO	QTD.	QTD.	ENS	CNO	CNE
CIRURGIÃO	0415040035	01		201561344340005	225278	23996
1º AUXILIAR	"	"		17014077800006	"	23996
2º AUXILIAR						23996
3º AUXILIAR						23996
ANESTESISTA	"	"		170587606300006	005151	23996
OPM						23996
OPM						23996
OPM						23996
OPM						23996
OPM						23996
AIH ESPECIAL						23996
CATETER	07.02.04.015-0					23996
INST. CATETER	03.09.06.001-0					23996
HEMODIALISE	03.05.01.013-1				225109	23996
CURATIVO GRAU II	04.01.01.001-5	01		1800162475691000205270		23996





Serviços de seguros

SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS | [Acessar senha](#) | [Institucional](#) | [Sair](#)CADASTRO  
DE PROCESSOVISUALIZAR  
PROCESSOCADASTROS  
GERAISARQUIVO  
MORTO

Processo da: &lt;MATRIZ - CURITIBA&gt;

VISUALIZAR PROCESSO

Voltar

## PROCESSO

Número do Sinistro: 3150/414126 (TOTAL)

Vítima: SAVIO SILVA DE AGUIAR

Data Cadastro: 04/05/2015

Data Sinistro: 05/11/2014

Analista: JOSIANE

Seguradora: Capemisa Vida e Previdência

Filial: MATRIZ - CURITIBA

Garantia: INVALIDEZ

Data Receção: 04/05/2015

Categoria: 09 - MOTO

Situação: PAGU

## CORRETORA

Nome: SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Responsável: ALEXANDRA ZE EDUARDO/CINTHIA - 83-8732-6361

## PROCURADOR

Nome:

Email:

Telefone:

CPF:

Celular:

## ENVIO À SEGURADORA LÍDER

Data Envio: 14/07/2015

Num Carta: IRON

## BENEFICIÁRIOS / PAGAMENTOS

Data Pagto	Data Rateio	Beneficiário - CPF/CNPJ	Valor Indenização	Valor Peditado	Diferença	Dados Bancários
12/08/2015	14/08/2015	SAVIO SILVA DE AGUIAR 110.615.554-88	1.687,50	0,00	1.687,50	1104/01032 70000000554965/

## DOCUMENTOS

Data Solicitação	Data Receção	Descrição
11/05/2015		? Por se tratar de acidente que envolve motocicleta e, cumulativamente, o Boletim de Ocorrência foi emitido por Alto Deteratário, deverá ser apresentado Declaração do Proprietário do Veículo COM FIRMA RECONHECIDA POR AUTENTICIDADE, informando que a vítima conduzia a motocicleta do declarante por ocasião do acidente. Informamos que a declaração está disponível no site <a href="http://www.dpvtsegurodotransito.com.br">www.dpvtsegurodotransito.com.br</a> .
	18/05/2015	RECEBIDO(VIA EMAIL) DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO VEICULO - DOC E PROC ENC P/ ANALISE.
12/05/2015		Declaração do Proprietário do Veículo EM ORIGINAL E COM FIRMA RECONHECIDA POR AUTENTICIDADE, haja visto que o documento ora recepdonado se encontra por semelhança e em cópia.
	09/06/2015	RECEBIDO DECL. DE PROPRIETÁRIO DO VEICULO - DOC E PROC ENC P/ ANALISE.
15/06/2015		Declaração do Proprietário do Veículo COM FIRMA RECONHECIDA POR AUTENTICIDADE ou VERDADEIRA, haja visto que o documento ora recepdonado se encontra por semelhança.
	10/07/2015	RECEBIDO DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO VEICULO - DOC E PROC ENC P/ ANALISE.
14/07/2015		SEGUE LÍDER

## GLOSÁ DO RELATÓRIO

## CARTA

28/08/2015 10:36



Assinado eletronicamente por: MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA - 28/08/2015 10:57:34

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=15082810571209200000001882096

Número do documento: 15082810571209200000001882096



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**9ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7) 0819624-97.2015.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade judiciária.

Cite-se a parte promovida para, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de revelia.

fvm

JOÃO PESSOA, 11 de janeiro de 2016.

Juiz(a) de Direito



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**9ª Vara Cível da Comarca da Capital**  
Av. João Machado, s/n, Jaguaribe, João Pessoa/PB - 4º andar  
CEP: 58.013-520 / Tel.: (83)3208-2479

---

**CARTA DE CITAÇÃO**

**Nº DO PROCESSO: 0819624-97.2015.8.15.2001**

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SAVIO SILVA DE AGUIAR

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**

**Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**

**Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205**

Prezado(a) Senhor(a),

De ordem do MM Juiz de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido dos autos da ação acima identificada, nos termos do art. 275 e seguintes do CPC, **CITO SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A** para que tome conhecimento de todo o conteúdo da Ação supra, e, querendo, contestá-la, no prazo de **legal** dias, nos termos do artigo 222 e seguintes, do CPC. A contestação deverá ser elaborada e instruída nos moldes do art. 285 do CPC.

**ADVERTÊNCIA:** Caso o promovido(a), ora citado(a), não ofereça(m) contestação, serão presumidos como verdadeiros os fatos alegados contra ele(a).

João Pessoa, em 22 de janeiro de 2016

De ordem, EDILAERTE VALERIO DA SILVA  
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 15082810572963700000001882087



Contestação.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB.**

**PROCESSO Nº 0819624-97.2015.8.15.2001**

**PARTE AUTORA: SAVIO SILVA DE AGUIAR**

**PARTE RÉ: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.,**

**ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro,  
casado, advogado inscrito na OAB/PB sob o nº 20282-A, vem, perante Vossa  
Excelência requerer a competente **HABILITAÇÃO** nos autos da ação em epígrafe,  
mediante juntada dos documentos em anexo.

**Na oportunidade, requer a V. Exa. que todas as intimações  
e/ou publicações sejam realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do  
Advogado ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PB sob o nº  
20282-A, com escritório no endereço expresso no timbre desta, sob pena de  
nulidade das mesmas.**

Pede Deferimento.

De Recife/PE para João Pessoa/PB, 03 de Março de 2016.

  
**ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**  
**OAB/PB 20.282-A**

**RENATO BRAGA TAVARES**  
**OAB/PB 20.539**



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB.**

**PROCESSO Nº 0819624-97.2015.8.15.2001**

**(Processo eletrônico – PJE)**

**Rito Ordinário**

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.**, empresa seguradora inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, Rua Senador Dantas, 74, 5º Andar – Centro, Rio de Janeiro, RJ, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA**, que lhe promove **SAVIO SILVA DE AGUIAR**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vêm, mui respeitosamente e tempestivamente, à presença de Vossa Excelência apresentar sua **CONTESTAÇÃO**, arguindo, provando e requerendo o que se segue:

**Preliminarmente, requer a V. Exa. que todas as intimações e/ou publicações sejam realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do Advogado ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE nº 16.983 e OAB/PB nº 20.282-A**, com escritório no endereço expresso no timbre desta, **sob pena de nulidade das mesmas.**

## **I| DAS ALEGAÇÕES AUTORAIS**

---

Alega a parte autora em sua peça vestibular que no dia **05/11/2014** foi vítima de acidente de trânsito, alegando em síntese que do sinistro ocorrido restou inválido permanentemente em virtude de lesão em membro.

A parte autora, de posse de toda documentação necessária, realizou pedido administrativo referente ao valor da indenização correspondente ao Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, que após a devida análise da documentação apresentada a seguradora efetuou o pagamento da verba indenizatória no importe de **R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)** valor este correspondente ao percentual da invalidez PARCIAL permanente da demandante.

**1|**



Ademais, a demandante requer a diferença entre o valor pago administrativamente e o valor do limite máximo indenizável nos casos de seguro obrigatório DPVAT.

Ora, Excelência, não há que ser acolhido o valor alegado pela parte autora, ditos como corretos, para apreciação do teto indenizável, já que fora pago quantia referente à porcentagem lesionada apurada no caso apresentado. Conforme será demonstrado em tópico oportuno.

Destarte, sendo a invalidez graduada, de acordo com a Lei 6.194/74, o cálculo da reparação deve ser proporcional ao grau de invalidez, bem como a sua repercussão. Cuida-se de uma exigência do PRINCÍPIO DA IGUALDADE, que não admite sejam tratadas igualmente situações desiguais.

Por fim, ressalta esta seguradora, ora Ré, que se deve atentar para o fato de que a parte autora deve demonstrar provas do alegado na exordial, para não alegar fatos sem fazer a devida comprovação, como DETERMINADO POR LEI, induzindo assim este Juízo em erro.

## **II| DA REALIDADE DOS FATOS**

---

Conforme antecipado pela própria Parte Autora, a **Seguradora Ré já procedeu com o pagamento do sinistro indicado de forma administrativa**, com base na documentação apresentada pela própria Parte Autora.

Douto julgador, uma vez já tendo a lide sendo resolvida, e não havendo mais o que ser discutido, não assiste razão a pretensão formulada, uma vez que a mesma carece de falta de interesse de agir, conforme será demonstrado em tópico oportuno.

Excelência após parecer técnico administrativo apurou-se que a invalidez da Parte Autora em que pese seja permanente é apenas parcial.

Conforme se pode observar da documentação médica colacionada pela parte autora, a mesma foi diagnosticada com **LESÃO NO TORNOZELO:**



Assistente	Instrumentação
Anestesista	Tipo Anestesia
Horário	I
DIAGNÓSTICO (S) PRÉ-OPERATÓRIO	
Fato: <b>torção</b>	
Furto de <b>torção</b>	
CID	

Ora, o **VALOR MÁXIMO INDENIZÁVEL** para lesões no **TORNOZELO** é de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais). Uma vez diagnosticada que a lesão sofrida pela parte autora correspondente a um percentual de 50 (cinquenta e cinco por cento) na supracitada região, correspondendo, assim, a uma indenização no valor de **R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos):**

DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) REPERCUSSÕES EM PARTES DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, <b>punhos</b> ou dedo polegar	25	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	<b>R\$ 1.687,50</b>	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo						
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral						

Outrossim, ressaltamos que já houve pagamento administrativo na quantia de **R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, conforme colacionado abaixo o MEGADATA:



**SINISTRO 3150414126 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** SAVIO SILVA DE AGUIAR

**COBERTURA** Invalidez

**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

**BENEFICIÁRIO** SAVIO SILVA DE AGUIAR

**CPF/CNPJ:** 11061555488

**Posição em 03-03-2016 15:54:48**

Pagamento creditado conforme dados bancários informados na autorização de pagamento assinada pelo beneficiário.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
-------------------	----------------------	------------------	-------------

12/08/2015	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50
------------	--------------	----------	--------------



Por outro lado, impende destacar que a Parte Autora não colacionou aos autos o laudo do IML, documento imprescindível para propositura da ação. Ora, a legislação aplicável é clara no sentido de que se faz necessário o laudo do Instituto Médico Legal – IML da jurisdição do acidente, devendo este quantificar as lesões apresentadas.

Desta feita, comprovada a quitação da indenização que faz jus a parte autora, é inequívoco afirmar a falta de necessidade da pretensão e consequentemente, falta do interesse de agir. Ainda, diante da ausência de documento imprescindível a propositura da demanda, **deve a presente ação ser extinta sem resolução do mérito.**



### III | DAS PRELIMINARES

---

#### III. 1 | FALTA DE INTERESSE DE AGIR ANTE A EXISTÊNCIA DE QUITAÇÃO EM SEDE DE REGULAÇÃO ADMINISTRATIVA

---

Mesmo que ultrapassada a argumentação já trazida a baila, há também de se trazer a colação, nem que seja apenas por amor ao debate, os motivos pelos quais deve a presente demanda ser extinta sem resolução de mérito por falta de interesse de agir do autor, ante a plena e total quitação dada em sede de regulação administrativa.

Como bem restou comprovado nos autos, o demandante já recebera o que lhe era devido, tendo em vista que após rigoroso tramite de regulação administrativa, lhe fora realizado pagamento referente a indenização securitária do Seguro Obrigatório, em total consonância com o que determina a Legislação vigente, conforme MEGADATA em anexo.

Ainda, há de se ressaltar que o demandante, quando do pagamento supra mencionado, deu plena, geral e irrestrita quitação dos valores a que tinha direito, sem qualquer ressalva, dando vazão a caracterização do ato jurídico perfeito e acabado, não restando nada mais a receber da demandada.

É a interpretação que se abstrai da leitura dos Arts. 319 e 320 do Código Civil. Veja-se:

*"Art. 319. O devedor que paga tem direito a quitação regular, e pode reter o pagamento, enquanto não lhe seja dada."*

*"Art. 320. A quitação, que sempre poderá ser dada por instrumento particular, designará o valor e a espécie da dívida quitada, o nome do devedor, ou quem por este pagou, o tempo e o lugar do pagamento, com a assinatura do credor, ou do seu representante."*

**Parágrafo único. Ainda sem os requisitos estabelecidos neste artigo valerá a quitação, se de seus termos ou das**



***circunstâncias resultar haver sido paga a dívida.”(Grifos nosso)***

Quanto a matéria ora tratada, leciona a ilustre Maria Helena Diniz<sup>[1]</sup> que “(...) a prova do pagamento é a quitação, que consiste num documento em que o credor ou seu representante, reconhecendo ter recebido o pagamento de seu crédito, exonera o devedor da obrigação”, e que “tal quitação engloba a quitação dada por meios eletrônicos ou por quaisquer formas de comunicação a distancia, assim entendida aquela que permite ajustar negócios jurídicos e praticar atos jurídicos sem a presença corpórea simultânea das partes ou de seus representantes”.

Indo mais além, afirma que mesmo que a quitação não contenha os requisitos exigidos no *caput* do art. 320, terá validade se de seus termos ou das circunstâncias se puder inferir que o débito foi pago e o devedor exonerado. Em caso de dúvida, o julgador poderá admitir o pagamento de dívida, mediante depósito bancário feito pelo devedor em conta corrente do credor, no qual, em regra, não há menção de débito pago.

Indo mais além, ressalta Silvio de Salvo Venosa<sup>[2]</sup>, que se ressalva alguma for feita no instrumento de quitação, entende-se que esta engloba todo o débito.

No caso telado, confessa a parte autora já ter recebido os valores devidos a título de indenização, restando por esse motivo inviabilizada a pretensão de recebimento de indenização complementar. É exatamente este o entendimento externado pelo STJ:

*“Processo civil. defensoria pública. assistência judiciária. resolução da procuradoria-geral do estado de são paulo. diferença entre os honorários arbitrados judicialmente e o constante da resolução pge-sp. cobrança. impossibilidade. precedente. **O advogado que aderiu aos critérios estabelecidos na citada Resolução da Procuradoria-Geral, recebendo os honorários respectivos sem ressalvas e dando plena, geral e irretroatável quitação, não pode pleitear qualquer diferença do Estado. Inocorrência***

<sup>[1]</sup> Diniz, Maria Helena. Código Civil anotado/Maria Helena Diniz – 15. ed. rev. e atual. – São Paulo, 2010. Pags. 304 e 305.

<sup>[2]</sup> Venosa, Silvio de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos/ Silvio de Salvo Venosa. – 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2010. – (Coleção direito Civil; v. 2). Pag. 198.



*de violação do art. 22 da Lei 8906/94. Recurso especial improvido.”  
(STJ RESP 280169 / SP; RECURSO ESPECIAL 2000/0099240-2,DJ  
DATA:05/08/2002 PG:00233 RSTJ VOL.:00160 PG:00203, Min.  
FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, 23/04/2002, T2 - SEGUNDA  
TURMA).*

Isto posto, resta evidente a falta de interesse de agir, uma vez que a indenização securitária foi totalmente adimplida em sede de regulação administrativa, não restando ao autor nenhum direito creditório em face da demandada. Diante do exposto, requer a extinção do feito sem resolução do mérito com fundamento no art.267, VI do Código de Processo Civil.

### **III. 2| DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO IMPRESCINDIVEL AO EXAME DA QUESTÃO - LAUDO DO IML**

---

Ao analisar os fatos trazidos na peça vestibular constata-se que a parte autora alega ter sofrido acidente automobilístico, o qual restou inválido permanentemente, pretendendo assim o recebimento da indenização do seguro DPVAT.

Pois bem. Conforme o disposto no art. 5º, § 5º da lei nº 6.194/74, com a alteração imposta pela medida Provisória nº 451/08, cabe à parte autora instruir a inicial com o documento médico quantificando as lesões, apontando o percentual a ser aplicado ao valor da cobertura. Senão vejamos:

***§ 5º - O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças.”***

Nesse sentido é o entendimento dos nossos Tribunais:

***A Lei nº 11.945/2009, que alterou o art. 3º da Lei nº 6.194/74, exige a instrução da inicial de cobrança do seguro obrigatório***

7|



**com laudo do IML, para comprovar o grau de incapacidade da vítima** (Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Apelação Cível nº 1.0433.11.024892-2/001. Relatora. Evangelina Castilho Duarte).

PROCESSO CIVIL.DPVAT. IMPOSSIBILIDADE DE DECIDIR A DEMANDA SEM O GRAU DE INVALIDEZ. LAUDO MEDICO PARTICULAR. PROVA UNILATERAL INVALIDA. **NECESSIDADE DE LAUDO DO IML.** APELAÇÃO IMPROVIDA. 1.Impossibilidade de decidir a causa sem a quantificação das lesões com o laudo do IML, no presente caso, o apelante não fez requisição para perícia médica. 2. Laudo médico particular que não constituiu o grau de lesões sofridas pelo autor, além disso, trata-se de prova unilateral, elaborada sem o crivo do contraditório, não podendo ser considerada. Precedentes STJ. 3.Aplicação da súmula 474 do STJ, necessidade de quantificação do grau da lesão. 4.Apelação improvida. 5.Decisão Unânime. (TJ-PE - APL: 496813920108170001 PE 0049681-39.2010.8.17.0001, Relator: Stênio José de Sousa Neiva Coêlho, Data de Julgamento: 12/12/2012, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 233)

É sabido que o pagamento do seguro obrigatório DPVAT é vinculado ao grau da invalidez permanente, inclusive fixado por Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, com fundamento no caput do artigo 12 da Lei nº 6.194/74 que normatiza, razão pela qual torna-se imprescindível a comprovação da quantificação da lesão sofrida no acidente automobilístico para fins de gradação ao valor indenizatório.

Desta feita, analisando atentamente os presentes autos, constata-se que **não fora juntado aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal** certificando, com a exatidão que a lei determina, o percentual de invalidez da parte autora e qual o grau de redução funcional que porventura atingiu a mesma, elementos imprescindíveis para que se possa fixar, de maneira correta, a indenização devida, de acordo com tabela específica, como previsto em lei e normas disciplinadoras.

Assim, tendo em vista que a parte autora declina a apresentar documento imprescindível para a propositura da demanda, comprovando devidamente a alegada invalidez, bem como o grau da lesão para fins de apuração do quantum devido, roga a esse MM Juízo pela extinção do feito, inclusive em conformidade ainda ao artigo 283, do Código de Processo Civil em que determina que compete à parte autora instruir a petição inicial.

8|



Caso não haja cumprimento pela parte autora, de rigor a aplicação do parágrafo único do art. 284 e, por conseguinte, a rejeição da pretensão inicial, julgando extinta a ação na forma do art. 267, **inciso I e IV**, todos da Lei Adjetiva Civil.

#### **IV| DO MÉRITO**

---

Afora as questões processuais acima declinas, outras, de mérito, impõem a improcedência dos pedidos formulados pela PARTE AUTORA.

Nos itens seguintes, esta SEGURADORA RÉ procederá com o combate dos itens de defesa alegados pela PARTE AUTORA em sua Exordial, comprovando a inconsistência de seus argumentos e a necessidade de reconhecimento da improcedência total da ação promovida perante este MM. Juízo.

#### **IV. 1| DA PREVISÃO LEGAL - SÚMULA 474 E 544 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL – GRADUAÇÃO DA LESÃO**

---

A presente demanda tem por objeto a cobrança de indenização securitária decorrente de acidente de trânsito coberto pelo Seguro Obrigatório DPVAT, sob a alegação de suposta invalidez permanente.

É certo que nos casos de invalidez permanente há que se apurar o grau da lesão suportada pela vítima, mediante laudo médico pericial exarado pelo IML, podendo ser total ou parcial e, se parcial, completa ou incompleta.

Mesmo antes da edição da Lei 11.945/09, que instituiu a tabela de graduação da invalidez, a Lei 6.194/74 já havia previsto o critério da proporcionalidade em seu art. 3º, “b”, e art. 5º, §5º, para quantificar as lesões.

Ademais, a tese da proporcionalidade teve como *leading case* no STJ o Resp. 1119614/RS, 4ª Turma, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, lecionando o seguinte:



**"(...) I – Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade (...)"**

Corroborando com a decisão supra, o STJ pacificou o entendimento de que as indenizações securitárias pagas a título de seguro DPVAT, em casos de invalidez permanente parcial, devem ser verificadas de acordo com a proporcionalidade do grau de invalidez, de acordo com a **Súmula 474**:

**"A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."**

Para se apurar o grau de invalidez e adequar a lesão ao pagamento da indenização devida, criou-se a tabela de quantificação do dano que passou a vigorar por meio da edição da Lei 11.945/09.

Inconteste a relevância da supracitada tabela para a realização do cálculo das indenizações do seguro obrigatório DPVAT, conforme corroborado com a recente **Súmula 544** publicada pelo **STJ** em 31/08/2015, que ressalta a validade da aplicação da tabela do CNSP inclusive na hipótese de sinistros anteriores a publicação da MP 451/2008, senão vejamos:

**"Súmula 544 - É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008."**

Em conformidade com o dispositivo sumulado supra, aplica-se a tabela constante da Lei 11.945/09 para graduar a lesão sofrida pelo autor, tendo sempre como limite o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) estipulado como teto das indenizações devidas nos casos de invalidez permanente**, de acordo com o art. 3º da Lei 6194/74, que dispõe:

**"Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez**  
**10|**



**permanente** e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

**II - até R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**".

Desse modo, recai sobre a parte autora o dever de demonstrar, por meio de laudo pericial, o grau de invalidez suportado para, assim, adequar o grau do dano pessoal ao percentual disciplinado pela tabela constante da Lei 11.945/09.

Certo de que o autor não juntou à exordial documento hábil a comprovar a extensão do dano sofrido, tem-se pela total improcedência do pleito autoral, visto que o pagamento da indenização securitária em sua integralidade é devido apenas nos casos em que constatada a invalidez permanente total.

Dessa forma, dever-se-ia a parte autora comprovar a proporcionalidade do grau de invalidez suportado, o que não restou evidenciado nos autos, fulminando, assim, com toda e qualquer pretensão a uma indenização integral.

Posto isto, requer-se, acaso verificada a existência de invalidez, seja observado o disposto na Súmula acima citada, devendo-se levar em consideração a graduação da lesão da parte demandante para fins de liquidação da indenização securitária.

#### **IV. 2|EXTINÇÃO DO FEITO COM JULGAMENTO DO MÉRITO - QUITAÇÃO TOTAL EM VIA ADMINISTRATIVA**

---

É incontroverso na presente demanda que a parte autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em questão.

Excelência, a parte autora vem requerer perante este Juízo reajuste no valor da indenização securitária, uma vez que já recebeu administrativamente a quantia de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme demonstrado anteriormente através do documento DPVAT.

No caso, tem-se uma situação clara de pura e irrestrita a liquidação do seguro DPVAT, com a consequente extinção da obrigação indenizatória, uma vez que o

**11|**



pagamento fora devidamente realizado conforme documentação em anexo e confissão da própria parte autora.

Pois, ocorre que com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro, ou seja, a ora ré.

Sucedendo que, em posse da documentação indicada, a parte Autora já socorreu a esta Seguradora, afim de pugnar pelo recebimento da indenização, o que fora devidamente realizado.

Desta feita, faz-se necessário observar o total descabimento da demanda pleiteada, que vem apenas utilizar-se do Judiciário com o intuito de ludibria-lo, acionando a máquina jurisdicional afim de gastar apenas tempo e dinheiro que poderiam estar sendo investidos em casos que merecerem, de fato, amparo legal e atenção desde Magistrado.

Subsistindo óbice intransponível ao suposto direito da parte autora, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos arts. 3º e 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

#### **IV. 3| DO INTERESSE NA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL E DA GARANTIA DO DIREITO DE DEFESA**

---

Como se sabe, a indenização do Seguro DPVAT, em casos de invalidez permanente, deve ser paga em conformidade com o alegado através de perícia médica. Certo é que, todos os casos de indenização por invalidez, deverão passar por rigorosa perícia médica, para que seja verificado o GRAU de debilidade do membro afetado, em absoluta consonância com a Lei, que estipula o percentual máximo para cada caso.

**Excelência, é de total interesse desta Seguradora, ora ré, a produção de prova pericial, pois estamos diante de uma divergência que somente poderá ser dirimida com a realização de tal exame.**

Ocorre que, a parte autora jamais poderia afirmar estar inválida totalmente, sendo que este fato só poderá ser comprovado com o Laudo de Exame Pericial, eis que urge a imperiosa necessidade da realização de prova pericial.

**12|**



Desta feita, a parte Ré informa que tem total interesse na realização da prova pericial, dirimindo assim as dúvidas que pairam sobre o direito autoral.

#### **IV. 4| DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA**

---

Com relação aos juros de mora, bem como a correção monetária, em caso de eventual condenação, o que definitivamente não espera, é imprescindível que seja analisada a questão acerca da data de início da contagem dos respectivos.

Conforme o disposto no artigo 219 da Lei Processual Civil vigente, que, ao dispor constituir em mora o devedor a partir da citação válida, entende a Seguradora, ora ré, que o marco inicial para o cômputo dos juros moratórios deve ser a data de sua citação para responder os termos da presente ação, como pode se ver no art. 405 do Código Civil. Vejamos:

***"Art. 405 Contam-se os juros de mora desde a citação inicial."***

Na mesma esteira, pacificou o STJ, vejamos:

***"Súmula 426 - Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação."***

Com relação à correção monetária, é crucial que seja analisada a questão com base na Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação, senão vejamos:

***"art. 1º . (...)  
§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação."***

O Superior Tribunal de Justiça, através do REsp 43.640-0-SP, 6ª Turma, tendo como relator o Ministro Anselmo Santiago, retratou o seu entendimento sobre a correção monetária conforme ementa que segue transcrita:

***"Não ofende o art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil o acórdão que restringe a incidência da correção monetária a***

**13|**



***partir do ajuizamento da ação e não antes, por falta de previsão legal” (STJ-6ª Turma, REsp 43.640-0-SP, rel. Ministro Anselmo Santiago, j. 21.6.94, não conheceram, v.u., DJU 28.11.94, p. 32.645).***

Portanto, na hipótese de condenação da Ré, o verdadeiramente que não acredita, requer que os juros moratórios sejam contados a partir da citação válida, conforme disposto no art. 405 do Código Civil e que se incida correção monetária a partir do ajuizamento da ação, tendo em vista o esposado no §2º, do art. 1º da Lei 6.899/81, face aos argumentos suscitados na presente contestação.

#### **IV. 5 | DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

---

Resta claro ainda que sob nenhum aspecto cabe o pedido da parte autora no sentido de pleitear a descabida monta de 20% de honorários nesta demanda, haja vista que desta forma pretende violar dispositivo de lei.

Assim, diante do disposto no art. 20, § 3º do Código de Processo Civil, observa-se que o percentual máximo permitido, em casos de “fácil” instrução, por ser matéria de direito, é de 20% (vinte por cento):

*“(…) § 3o - Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos: (Redação dada pela Lei n.º 5.925, de 1º.10.1973)*

*a) o grau de zelo do profissional;*

*b) o lugar de prestação do serviço;*

*c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. (...)”*

Ora, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, tornando-se assim,



injustificável o pedido de honorários no patamar de 20% (vinte por cento), o que ora se requer seja julgado totalmente improcedente.

Não fosse isso o bastante, tal pleito se faz demasiadamente severo, tendo em vista que restou comprovado que a Seguradora em momento algum agiu com intuito protelatório, muito menos de má-fé, agiu apenas em consonância com a determinação do órgão que regula o convênio DPVAT.

Ressalte-se por fim que, em caso de eventual condenação, seja verificada se a parte autora obteve o valor de acordo com o desejado na exordial, haja vista que segundo o teor do artigo 21, caput do CPC, se ambas as partes forem vencedor e vencido nos pedidos do processo, o ônus de sucumbência dos honorários será proporcionalmente distribuído e compensados, senão vejamos:

**"Art. 21** - Se cada litigante for em parte vencedor e vencido, serão recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas".

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, o que não acredita, requer que o pagamento dos honorários advocatícios sejam proporcionalmente distribuído e compensados, conforme supracitado.

## **VI | REQUERIMENTOS FINAIS**

---

Ante o exposto, é a presente para requerer de V. Exa., preliminarmente:

- a) Extinguir o feito sem resolução do mérito com fundamento no art.267, inciso VI do Código de Processo Civil, devido a falta de interesse de agir, tendo em vista a quitação na via administrativa;
- b) Seja acolhida a preliminar de extinção de feito sem resolução de mérito, face a ausência de juntada de documento indispensável a propositura da ação - Laudo do IML;

Caso ultrapassadas as preliminares, requer seja no mérito reconhecida a total improcedência do pleito autoral para:

**15 |**



- a) Acolher a incidência da Lei 6.194/74, com todas as suas alterações, considerando que a PARTE AUTORA não comprovou a sua situação de invalidez permanente, não fazendo jus ao pagamento de qualquer indenização fora o que já foi realizado de forma administrativa - **R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos);**
- b) Determinar a produção de prova pericial, se assim entender, ressaltando que a SEGURADORA RÉ não pode ser responsabilizada pelo seu custeio, já que se trata de prova constitutiva do direito da PARTE AUTORA, cabendo a esta arcar com sua produção e, caso assim não entenda, determinar a produção da prova pericial pelo Instituto de Medicina Legal;
- c) Em caso de eventual condenação, o que definitivamente não se acredita que seja levado em consideração o grau de lesão suportada pela PARTE AUTORA, que deverá ser calculada sobre o patamar máximo indenizável para o presente caso, conforme Tabela de Cálculo para as Indenizações por Invalidez, e que seja levada em consideração a data do sinistro ocorrido para o cálculo da condenação, abatendo-se os valores devidamente pagos;
- d) Ainda em caso de eventual condenação, o que se cogita por mero amor ao debate, que os juros apenas incidam a partir da data de citação, e a correção monetária a partir da distribuição da ação;
- a) Na remota hipótese de condenação, caso haja fixação de honorários de sucumbência, que seja considerado o teor do Art. 21, caput do CPC, devendo os honorários serem proporcionalmente distribuído e compensados;

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial, a produção de prova pericial, a juntada de documentos, a ouvida de testemunhas e o depoimento pessoal da PARTE AUTORA, sob pena de confesso.



Requer ainda a juntada do rol de quesitos para o caso de superação da preliminar arguida e designação de perícia médica para apuração do percentual da invalidez permanente alegada pela parte autora.

Por fim, os patronos subscritores da presente peça dão por autênticos os documentos acostados aos autos pela Ré, nos termos do artigo 365, inciso VI do Código de Processo Civil.

Ao final, a condenação da PARTE AUTORA nas custas e em honorários advocatícios em favor da Seguradora Ré nos termos do art. 20, § 4º do CPC.

Termos em que,  
Pede e espera deferimento.

De Recife/PE para João Pessoa/PB, de 03 de Março de 2015.

  
**ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**  
**OAB/PB 20.282-A**

**RENATO BRAGA TAVARES**

**OAB/PB 20.539**



**ROL DE QUESITOS (ANEXO I)**

1. Queira o Sr. Perito informar, detalhadamente, quais são as lesões atualmente apresentadas pelo Autor e se as mesmas decorrem (ou não) do acidente relatado na petição inicial;
2. Queira o Sr. Perito informar se das referidas lesões decorreu alguma invalidez ou incapacidade para o Autor e, em caso positivo, qual o seu respectivo grau de extensão, bem ainda se a mesma é definitiva ou meramente provisória;
3. Queira o Sr. Perito informar se eventual tratamento médico poderia eliminar ou minorar as lesões já existentes e, em caso positivo, especificar;
4. Queira o Sr. Perito justificar as suas conclusões e esclarecer o que mais entendam necessário para o deslinde da causa.
5. A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?
6. Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?
7. Restando constatada a invalidez permanente, esta caracteriza-se como TOTAL ou PARCIAL?
8. Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado?



**TABELA SIMPLIFICADA DPVAT (ANEXO II)**

<b>DANOS CORPORAIS PREVISTOS NA LEI</b>	<b>PERCENTUAL DA PERDA (%)</b>	<b>TOTAL (100%)</b>	<b>INTENSA (75%)</b>	<b>MÉDIA (50%)</b>	<b>LEVE (25%)</b>	<b>RESIDUAL (10%)</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior						
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral						
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica						
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital						
<b>DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) REPERCUSSÕES EM PARTES DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES</b>	<b>PERCENTUAL DA PERDA (%)</b>	<b>TOTAL (100%)</b>	<b>INTENSA (75%)</b>	<b>MÉDIA (50%)</b>	<b>LEVE (25%)</b>	<b>RESIDUAL (10%)</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés						
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	25	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar						
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo						
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	10	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
<b>DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) OUTRAS REPERCUSSÕES EM ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CORPORAIS</b>						
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão						
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé						
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço						





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, é por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

*Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro*





Seguradora Líder · DPVAT

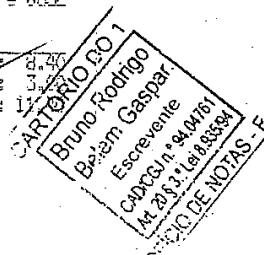
OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800  
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ  
MÁRCIO BARBOSA NORTON (X000000A71AB)  
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:  
Em testemunho da verdade. Serventia : 8.40  
36% TJ-FUNDOS : 3.42  
Total : 11.82  
Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.  
EAGM-29273 Bnk, EAGM-29274 GUP  
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do  
original que foi apresentado. Cod: X0000010044F. Conf. por:  
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014. Serventia : 4.33  
36% TJ-FUNDOS : 1.53  
Total : 5.86  
Geovani Alves Cunha - Aut.  
EALF-09485 ENL Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



**SUBSTABELECIMENTO**

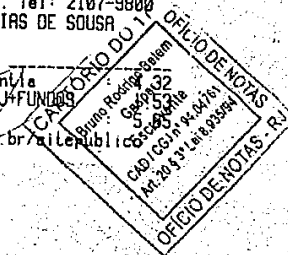
Na qualidade de procurador da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do **Dr. ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983; com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife - PE, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos termos da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2014.

**Valdir Dias de Sousa Júnior**

*Valdir Junior*  
Gerente Jurídico Contencioso

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firme Oliveira  
Rua do Carmo 53 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800  
Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de: VALDIR DIAS DE SOUSA  
JUNIOR (X0000008593E)  
Rio de Janeiro, 24 de Junho de 2014. Conf. por: \_\_\_\_\_  
Em testemunho da verdade. Servante \_\_\_\_\_  
Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut. 38% TJ-FUNDOS  
EAAH-18458 (UPU Consulta em <http://www3.tjrj.jus.br/ilepubl>)  
Total



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Forno Oliveira  
 Rua do Carmo, 55 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9840  
 Cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cód: XXXXX010084E. Cart. por: 4,35  
 36% IHTU/UDS : 1,53 20 (3) Lei 8.252/94  
 Total: 5,88  
 Certificado e entregue em 12 de agosto de 2014.  
 Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.  
 Geovani Alves Cunha - Aut.  
 EALF-09484 NE Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º  
 Geovani Alves  
 Cunha  
 Escrevente  
 CTPS nº 83919  
 São 158 RJ



**DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Esta Parte é editada eletronicamente desde 23 de Janeiro de 2006

ATAS, CERTIDÕES E  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Associações, Sociedades e Firmas

BRASIL SANEAMENTO S.A.  
CNPJ Nº 08.168.581/0001-30

NIRE: J330027231-2

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA da Brasil Saneamento S/A, inscrita no CNPJ nº 06.404.706-1, com sede em Av. das Américas, 1500, 31º andar, 26, sala 1002 (pôrte), Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, 2. Convocação e Presença: Convocação dispensada, nos termos do parágrafo 4º do artigo 174 da Lei nº 6.404/76, leça a presença (Anexo I) de todos os acionistas da Companhia, conforme lista de presença (Anexo I). 3. Mesa: Presidente: Renato Pereira Coutinho; Vice-Presidente: João Manuel Marcos Rodrigues Lefort; Secretária: Renato Pereira Coutinho; Relatores: Renato Pereira Coutinho e Silvio A. de Azevedo. 4. Deliberações: tomadas pela unanimidade dos acionistas: 4.1 - Aumentar o capital social da Companhia em R\$ 2.148.960,00, mediante a emissão de 2.148.960 ações ordinárias, lotes nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00, para a formação do aumento com omissio I do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76, o totalidade do preço de emissão destinado à formação do capital social, que passe de R\$ 49.134.968,00 para R\$ 51.283.948,00, 4.2 - Aumentar o capital social de todos os acionistas da Companhia, as 2.148.960 novas ações ordinárias, lotes nominativas e sem valor nominal, pelo acionista SGC Internacional S/A, ao preço de emissão lotes nominal, R\$ 2.148.960,00, sendo esta parte totalmente integralizada, neste ato, em moeda corrente nacional, conforme o Boletim de Subscrição (Anexo II) e o Edital de Subscrição do deliberado nos hntes antenores, aprovada a alteração do caput do artigo 170 da Lei nº 6.404/76, a Companhia, que passe a vigorar com a seguinte redação: "Artão 4º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, de R\$ 51.283.948,00, dividido em 33.468.931 ações ordinárias, lotes nominativas e sem valor nominal"; 4.3 - Aprovar a lavratura desta ata em forma de ata, para ser lavrada no prazo de 10 dias do artigo 170 da Lei 6.404/76. 5. Encerramento: Nada mais havendo, encerrou-se a presente Ata de Assembleia Geral Extraordinária, que foi aprovada e assinada pela unanimidade dos acionistas. E Assinaturas: Renato Pereira Coutinho, Diretor Presidente; Renato Pereira Coutinho, Secretária da Assembleia; Renato Pereira Coutinho, Relatores; SGC Internacional S/A, Victor Saneamento Ltda.; Alessandro d'Ezsele Ferreira; João Manuel Marcos Rodrigues Lefort; João Manuel Coutinho Pereira Coutinho e Carlos Gerardo Rangel, Condiere com o original em 04/02/2022, Valéria G. M. Serrão, Secretária Geral.

## SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações

Associações, Sociedades e Firmas  
Avisos, Editais e Termos  
Associações, Sociedades e Firmas  
Extração de Documentos  
Leilões Extrajudiciais

[illegible]

prio. Mesa: Antonio Lutz Beneditos Xavier - Presidente; Damião Carlos Moreno Tavares - Secretário, JUCERJA nº 0000185884 em 10/03/2009. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

**CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S/A**  
**CONSTRUTORA OAS LTDA**  
**CONSTRUTORA BRASILIA GUANIBA LTDA**

**TERMO DE CONSTITUICAO DE CONSORCIO, QUE ENTRE SI FAZEM A CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S/A - CNPJ Nº 04.312.792/0001-64, A CONSTRUTORA OAS LTDA - CNPJ Nº 04.310.577/0001-04 E A CONSTRUTORA BRASILIA GUANIBA LTDA - CNPJ Nº 33.192.87/0001-00, 1) Terão como objetivo a execucao para o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes, ante subscricao feita pelo Ministério dos Transportes, doravante denominado DNIT, dos projetos e da realizacao das Obras de Implementação e Pavimentação na Rodovia BR-290/RS, com extensão de 115RS-116 (Sapucaia ao Sul) - Entr. BR-290/RS, Km 14,44 - Km 22,34, compreendendo no LOTE 3 da Concorrência Pública nº 150 - 3º andar, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, CEP: 20090-000 e fora na cidade de Porto Alegre/RS, com extensão igual ao necessário para a integral execucao do contrato nº 492709-00, terminando de pleno direito quando as obras sob esta qual o CONSORCIO se comprometeu a fazer serem entregues e todas as obrigações dele decorrentes são liquidadas; 2) A participação definitiva pelo DNIT, ou qualquer outra entidade pública, não será exigida, quer seja por julgamento impossível; 3) As CONSORCIADAS participarão da PRETAXADA nas receitas, nos lucros e perdas, nos custos diretos e indiretos, tributos e encargos, despesas comuns, pagamentos, impostos e recursos financeiros, ônus, deveres, responsabilidades, seguros, obrigações e proporção de riscos, em conformidade com o CONSORCIO, na forma a seguir: QUEIROZ GALVÃO - 37,00% (trinta e sete inteiros e oito centésimos por cento), OAS - 37,00% (trinta e sete inteiros e oito centésimos por cento) e BRASILIA - 24,00% (vinte e quatro inteiros e zero centésimos por cento); 4) As CONSORCIADAS participarão de todas as etapas de execução dos serviços que integram o EMPREENDIMENTO, observando-se para todos os funcionários, sempre, o limite acima estabelecido, Registrado na JUNTA COMARCENSE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NIRE Nº 33.000.023-02, inscrita no CNPJ nº 00-2009/121155-6. Secretário Geral - Valdeir G.M. Silva.**

POTLATCH EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJMF 30.023.092/0001-23  
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS - em 21 de setembro de 2009, às 10:00h, em caráter representativo 100% (com por cento) da capital da Potáclia Empreendimentos Imobiliários S/A, inscrita no CNPJ/MF nº 30.023.092/0001-23, na Rua da Outranda nº 32, 16º andar (parte), aprovaram por unanimidade as seguintes deliberações tomadas em Assembleia de Sócios: (I) Redução do capital social no Importe de R\$ 608.820,00 (seiscentos e oito mil, oitocentos e vinte reais) mediante transferência ao Sócio Márcio Cesar Campesinato das Imóveis que seguem: (a) Alameda nº 13.750 - Jd. Santa Helena - Salvador Alendo, antiga Av. Alfredo Balduino da Silva, Recreio das Bandeiras, Rio de Janeiro, RJ, descrito e caracterizado na Matrícula nº 88.476 do 9º ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Capital do Estado do Rio de Janeiro; (b) Sítio nº 15 de Quadra P da Planeta 51-55-12915, com frente para a Av. César Montesi, antiga Serviço "H", Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro, RJ, descrito e caracterizado na Matrícula nº 94.264 do 8º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Capital do Estado do Rio de Janeiro. Redução de 1.332.033 (um milhão, trezentos e trinta e dois mil, trezentos e trinta e três) unidades da capital da sociedade; (II) Alteração do contrato social e estatuto das Potáclia Empreendimentos Imobiliários S/A - em 21 de setembro de 2009, Márcio Cesar Campesinato - Presidente; Bruno Roberto Campesinato - Secretário.

LET SLACKERS



**GH PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF nº 00.052.600/0001-37

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Estamos apresentando as demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31/12/2007 e 2008. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos.									
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2008 e DE 2007 (R\$)				PAIS/SIVO		2008		2007	
Ativo				Circulante		324.812,22		10.837,78	
Circulante			23.455,14	Obrigações Sociais e Trabalhistas				356,78	
Caixas			20.959,01	Outros Dividendos a Distribuir		606.564,29		90.198,00	
Créditos Diferidos com Terceiros			16.232,17	Lucros/Prejuízos a		15.995,00			
Fiscal			7.722,35	Passivos não circulante		1.518.549,11		8.922.973,39	
Ativo não circulante			8.726.847,88	Edigível a Longo Prazo		562.612,29		1.064.867,47	
Realizável a Longo Prazo			321.381,65	Empreendidos e Fidejussões		358.613,56		1.123,72	
Contr. com Conta Soc. Conjugadas			1.249.139,49	Outras Contas a Pagar				1.003.733,00	
Permanente			1.249.139,49	Participações Ligadas		7.730.825,81		8.758.112,63	
Investimentos			1.139.858,43	Capital Social		2.420.400,00		2.420.400,00	
Imobilizado Líquido			5.183.587,81	Reservas		5.051.926,81		3.868.978,83	
			15.924,52	Ações em Poder de Tesouraria		(1.591.351,60)		(1.181.267,00)	
Total do Ativo			8.744.423,40	Total do Passivo		8.744.423,40		8.712.534,67	
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (R\$)				NOTAS EXPLICATIVAS					
Descrição	Substituto	de Capital	Reservas	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Ações em Tesouraria	Total	As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas adotadas no Brasil, especialmente a Lei 6.404/78, com as alterações de Lei 11.638/07. Para fins de comparabilidade, apresentamos as mesmas demonstrações contábeis 2008/2007, informando que as mesmas não foram auditadas.		
Saldo Inicial	4.240.400,00	328.871,35	850.244,14	57.735,95	-	5.456.651,34			
Recompra de Ações Vendidas de Ações	-	-	-	-	(1.115.393,60)	8.858.113,31			
Lucro (Prejuízo) do Exercício	-	-	-	11.400,00	(145.128,00)	11.400,00			
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	-	3.040.742,78	-			
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	(569.149,50)	-			
Contribuição de Reservas	-	-	-	(1.300.044,43)	-	(1.300.044,43)			
Saldo Final	4.240.400,00	328.871,35	850.244,14	11.400,00	2.339.238,04	8.744.423,40			
			-152.037,14	-	2.319.557,87	(7.271.584,21)			
			731.831,04	-	2.339.238,04	(2.541.391,00)			
			8.744.423,40	-	8.744.423,40	8.744.423,40			
DIRETORIA							DIRETORIA EXECUTIVA		
DIRETOR SUPERINTENDENTE							DIRETORA EXECUTIVA		
Georges Hagar							Edwidge Alves de Lima Cardoso		
CONTADOR: Carlos Alberto do Nascimento							CONTADOR: Carlos Alberto do Nascimento		
-CRC/RJ-04847R-0							-CRC/RJ-04847R-0		

4: MIT

SEGURO LÍDER DOS  
CONSORCIOS DO SEGURO OPYAT S.A.  
CNPJ nº 09.248.608/0001-04  
NIRE - RJ 15.100.000/0001-04

**NRE Nº 3.301.0078-9**

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2009.** Data, Hora e Local: Nos 16 (dezesseis) dias do mês de março de 2009, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Rua Senador Dantas nº 74, 13ª Andar, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, confluíram: O edital de convocação foi publicado no "Diário Oficial" nº 118, 12º dia dos meses de 09, 10 e 11 de março de 2009, nas páginas 118, 120 e 10 e 11 de março de 2009, no "Jornal Valor Econômico", nos dias 09, 10 e 11 de março de 2009, no "Folha de São Paulo", respectivamente. Publicações Prévias: O Relatório Anual e as Demonstrações Financeiras acompanhados dos pareceres

dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 foram publicados nas páginas 86 e 87 das edições de 20, 21, 22, 23 e 24 de fevereiro de 2009 do "Jornal Valor Econômico" e nas páginas 146 e 147 da edição de 20 de fevereiro do "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro". Na sessão 0474 e 0475 do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria de Seguros Privados, foram presentes os acionistas representados nas 22 (dois terços) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constam do Livro de Registro de Participantes no Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria. Sr. Edson Sálgado de Souza Gonçalves Nunes, representante dos acionistas da Companhia; e o representante da empresa de auditoria externa de nomeação dos acionistas, Sr. Roberto de Aguiar e Silva, foram os relatores do item 134 da Resolução 8.407/08, Ordem do Dia. Em seguida, Sr. Edson Sálgado de Souza Nunes, discutiu e aprovou o Relatório de Administração e das

Demónstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, asperanças dos pareceres dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria;

2) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2008;

3) Deliberação sobre a distribuição de Dividendos, no valor de R\$ 1.000,00 por ação ordinária, a ser paga em dinheiro, a partir do balanço do mês de maio de 2009, com base no balanço de 31 de dezembro de 2008; E, ainda, sobre os trabalhos do Conselho de Administração e de deliberação sobre a Remuneração global da Administração para o ano de 2008, e 5) Ratificação da aprovação da proposta de alteração da Estrutura Organizacional e de Seguros Privados. SUSSEP também realizou o Superintendente Especial SUSSEP/DECONVAGABR 6506; Em Assembleia Geral Extraordinária 1) Alterar o art. 3º do Estatuto Social para incluir os arts. 14 e 15, e 2º alterar o art. 14 e 15 do Estatuto Social para incluir os arts. 14 e 15 e 6º alterar a indicação, conforme o art. 14 do Estatuto Social, para a eleição de 5 (cinco) membros para o Conselho Fiscal, para o período de 2009 a 2011.

17º OFÍCIO DE NOTAS  
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-2000  
 Fone: 2107-2000  
 E-mail: 17of@notas.rj.gov.br  
 Site: 17of.rj.gov.br

Georgini Alves  
 Oliveira  
 Escrivão  
 Matr. 489  
 Série 1504

ARTÓRIO DO 17º  
 OFÍCIO DE NOTAS

Cartório e dou fe que a presente  
 original que foi apresentado, foi  
 Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.

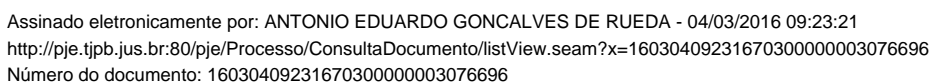
Protocolo 09491 XXI Cartório em 17/08/2014  
 EALF-09491 XXI Cartório em 17/08/2014



[illegible][illegible]

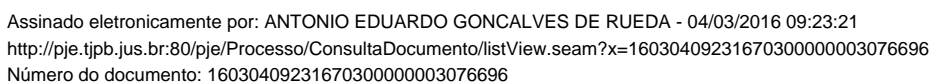
(21) 2717414

EALE-09490 LHM



[illegible]

EAJF-07487 IN 100





17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira  
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2407-9800  
 Original que foi apresentado. Cod: XXXXXX000552. Conf. por Ofício de NOTAS -  
 Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.

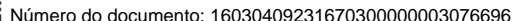
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução  
 original que foi apresentado. Cod: XXXXXX000552. Conf. por Ofício de NOTAS -  
 Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.

Geovani Alves Cunha - Aut  
 ENL-09488 IVI Consulte em <https://www.tj.rj.jus.br/sitpublico>

Cartório do 17º Ofício de Notas  
 Geovani Alves Cunha  
 Diretor  
 Semp 158 RJ  
 Semp 158 RJ  
 Semp 158 RJ

Total : 1,53  
 362 TRFUNDOS : 5,86



[illegible][illegible]

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Furtado  
Rua do Carmo, 123 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20010-000  
Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado de 2014.  
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.  
Geovani Alves Dória - Tit.  
EAL-09479 LT Consulte em <https://www.tj.rj.jus.br/sistema>

**CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO DE NOTAS**  
Geovani Alves  
Oliveira Cunha  
CPF nº 5.819.158-1  
5.819.158-1  
5.819.158-1

Total 36% 144.000 5,30

[illegible][illegible]

CIA MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA. ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU DOENÇA MENTAL, DISTÚRBIOS PSIQUICOS E PROBLEMAS CAUSADOS PELO USO DE DROGAS, ALÉM DE INFRA-ESTRUTURA OFERECIDA NO LOCAL DE INSTALAÇÃO, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO, SUPERVISÃO, ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E CUIDADOS MÉDICOS. CAPITAL SOCIAL: R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS); SEDE: ESTRADA UNIÃO E INDÚSTRIA, Nº. 34.750 - POSSÊ - PETROPOLIS - RJ - CEP. 25.770-480. Petropolis-RJ, 02/12/2011.

**HYDRATEC COMÉRCIO E TECNOLOGIA LTDA. EPP**  
CNPJ nº 04.285.430/0001-55

**CONVOCAÇÃO:** (ART. 1º, 1º e 3º DO CIRC. CIVIL). Nestes atos fica convocado o Sr. Raul Carlos Rodrigues de Oliveira, para comparecer no dia 22/01/2012 e no dia 27/01/2012, em 1ª ou 2ª convocação, para tomar ciência do retirada do sócio minoritário Sr. Roberto Eugênio Baracatny da Empresa Hydratec Comércio e Tecnologia Ltda. CNPJ nº 04.285.430/0001-55, inscrita no Matriz nº 156 Rua "A" - parte, Mineirão, CEP nº 20.775-050, Rio de Janeiro, pois o mesmo se encontra em tratamento médico. CNJ 1012/2012. Arquivo Protocolo Baga - CRCRJ 038.380/U - CPF nº 014.016.537-72.

CASTELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.  
CNPJ: 33.221.649/0001-91

AVISO - Achem-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, na Avenida Nila Peanha, 50, sala 1417, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Ro de Janeiro, 11 de janeiro de 2012. A Diretoria.

**VALE**

Companhia Aberta  
CNPJ nº 33.592.513/0001-54

**FATO RELEVANTE:** A Vale S.A. (Vale) informa que está decaindo a força maior (FM) em uma série de contratos de minério de ferro a partir de hoje, 11 de fevereiro de 2012. Estávamos entrando em contato com os clientes conforme os termos dos respectivos contratos. De acordo com o artigo 3º, § 4º, da Instrução CVM nº 264, esse Fato Relevante encontra-se disponível em sua versão completa, em todo idioma através link remeado à CVM, no website da VALE, no seguinte endereço: [www.vale.com](http://www.vale.com), a partir de 11 de janeiro de 2012. Tito Martins - Diretor Executivo de Relações com Investidores

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO  
 REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO  
 02.709.449/0011-20

**PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO** toma público que requereu ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a licença de Operação para operar o Duto de Transferência de Água Produzida entre o Terminal de Cablinhas e a Estação de Baixa do Furado, possuindo aproximadamente 70 km de extensão, capacidade de transportar com uma vazão de 150m³/h, com diâmetro de 8", em 29 de Dezembro de 2011, Rodovia Amaral Peixoto, km 186 - Macaé/RJ. Processo: E-07512461/2011.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
CNPJ: 33.000.167/0001-01  
OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

**PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS** torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS OUT nº IN018637, com validade até 28 de março de 2013, que a autoriza a captação de água bruta em 4 (quatro) pontos do Rio Cacembu com a finalidade de outros usos ( compactação e umectação do solo ) na Região Hidrográfica RH-V, Baía de Guanabara, na Fazenda Macaçu, entre os Rios Macaçu e Cacembu, Ponto das Causas, município de Itaboraí.

**CAPITAÇÃO:** Terraplenagem COMPERJ; Corpo Hídrico: Rio Caceribu; Vazão máxima instantânea: 520,0 m<sup>3</sup>/m<sup>3</sup>; Vazão média: 500,0 m<sup>3</sup>/m<sup>3</sup>; Período de captação: 18,00 h/m<sup>3</sup>; Período de captação geográfica: 30 d/m<sup>3</sup>; Vozes: 22,26° e Long. 42° 50' 36,70"; CAPITAÇÃO: EAP 2; Vazão máxima instantânea: 35,0 m<sup>3</sup>/m<sup>3</sup>; Vazão média: 30,0 m<sup>3</sup>/m<sup>3</sup>; Período de captação: 18,00 h/m<sup>3</sup>; Período de captação geográfica: 30 d/m<sup>3</sup>; Vozes: 22° 40' 9,78" e Long. 42° 53' 51,43"; CAPITAÇÃO: EAP 2; Vozes: Rio Caceribu; Vazão máxima instantânea: 35,0 m<sup>3</sup>/m<sup>3</sup>; Vazão média: 30,0 m<sup>3</sup>/m<sup>3</sup>; Período de captação: 18,00 h/m<sup>3</sup>; Período de captação geográfica: 30 d/m<sup>3</sup>; Vozes: 22° 40' 9,78" e Long. 42° 53' 51,43"; CAPITAÇÃO: EAP 2; Vozes: Rio Caceribu; Vazão máxima instantânea: 35,0 m<sup>3</sup>/m<sup>3</sup>; Vazão média: 30,0 m<sup>3</sup>/m<sup>3</sup>; Período de captação: 18,00 h/m<sup>3</sup>; Período de captação geográfica: 30 d/m<sup>3</sup>; Vozes: 22° 40' 9,78" e Long. 42° 53' 51,43".

Processo nº : E-07/100203/2008

Id: 1243050

**BR PETROBRAS**

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01  
NIRE nº 33300032061

\*EDITAL DE CONVOCAÇÃO\*

Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - Petróleo

com o objetivo de adotar, na Companhia, para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária no dia 27 de janeiro de 2012, as 15 horas, a seguinte ordem de trabalhos: (1) Aprovar o Relatório da Administração de 2011, em 1ª e 2ªª Andar, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), e em 1ª e 2ªª Andar, na cidade de São Paulo (SP), e sobre as seguintes matérias: I. Criso parágrafo da BRK Investimentos para: (1) Raliar, com versão da parcela onçada na Companhia, a avaliação de mercado da parcela onçada da Companhia, avaliada Lida, (2) Raliar, para a avaliação do ativo líquido relativo às parcelas onçadas a serem vendidas para a Petrosbras, montante de 30 milhões de reais, e (3) Raliar, para a avaliação de mercado da parcela onçada da Companhia, avaliada Lida, a data-base de 30 de setembro de 2011, nos termos do parágrafo 1º do art. 227 da Lei 6.404, de 15.12.1976; (2) Aprovar o Laudo de avaliação elaborado pela APSPS Consultoria e Avaliações S/A, a avaliação de mercado da parcela onçada da Companhia, avaliada Lida, a data-base de 30 de setembro de 2011, nos termos do parágrafo 1º do art. 227 da Lei 6.404, de 15.12.1976; (3) Aprovar o Protocolo de Justificação da operação de compra e venda da parcela onçada da Companhia, avaliada Lida, a data-base de 30 de setembro de 2011, nos termos do parágrafo 1º do art. 227 da Lei 6.404, de 15.12.1976; (4) Aprovar a operação de compra e venda da parcela onçada da Companhia, avaliada Lida, a data-base de 30 de setembro de 2011, nos termos do parágrafo 1º do art. 227 da Lei 6.404, de 15.12.1976; (5) Aprovar a incorporação da Petrosbras Química A. a Petrosbras na Petrosbras; (6) Raliar o contrato da Companhia com a Petrosbras para a elaboração do plano de trabalho de avaliação contábil do patrimônio líquido da Companhia, avaliada Lida, a data-base de 30 de setembro de 2011, nos termos do parágrafo 1º do art. 227 da Lei 6.404, de 15.12.1976; e (7) Raliar o contrato da Companhia com a Petrosbras para a elaboração do plano de trabalho de avaliação contábil do patrimônio líquido da Companhia, avaliada Lida, a data-base de 30 de setembro de 2011, nos termos do parágrafo 1º do art. 227 da Lei 6.404, de 15.12.1976.

## Avisos, Editais e Termos

### Associações, Sociedades e Firmas

CLÍNICA ESTRELLA LTDA  
SOCIEDADE SIMPLES EM CONSTITUIÇÃO

RESUMO: CONTRATO SOCIAL: SÓCIOS: JOÃO GUILHERME FIUSA RODRIGUES ESTRELLA (CPF: 754.737.987-72), FRINEA SOUZA BRANDÃO (CPF: 504.535.917-34), JOÃO PAULO LYRA DA SILVA (CPF: 664.127.577-91) E FLÁVIO GOMES FILHO (CPF: 407.776.857-87); OBJETIVO: ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL E A SAÚDE A PORTADORES DE HIV/AIDS.



Num. 3114686 - Pág. 16





SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

**PRESENÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Medeiros, Rosana Techima Salsano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Polí e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Sentoma, que, como os presentes respectivos conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

**ORDEM DO DIA:** (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; CLAUDIO MENDES LADEIRA, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração do

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 1 de 2



170 OFICIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Figueiredo  
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ / CEP: 20011-900  
 170 OFICIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Figueiredo  
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ / CEP: 20011-900  
 Certificado e anexa - cópia é a reprodução do original  
 Original que foi apresentado. Cod: XXXXXX100047. Cont. por: R\$ 4,33  
 Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014. Serventia : 1,33  
 362 TUF14005 : 5,86  
 Total : 5,86  
 Geovani Alves Cunha - Aut.  
 EML-09477 KRX Consulte em <https://wms3.tjri.jus.br/sitepublico>





25304951 diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reatificar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

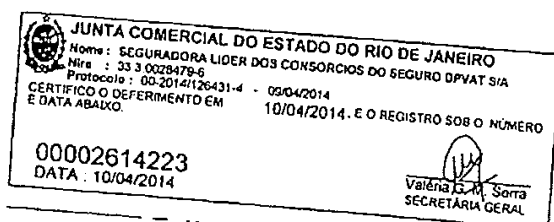
**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Techima Salsano - Conselheira; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.

  
André Leal Faoro  
Secretário



Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 2 de 2



1º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Farias Oliveira  
 65 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 210719870  
 Rua do Carmo 65 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 210719870  
 Definitivo e original que foi de agosto de 2014.  
 Original que foi de agosto de 2014.  
 Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.  
 Geovani Alves Cunha - R. 1.53  
 Cartório em Itaipava - RJ. Tel: 210719870  
 ENE-00476 FOL 1

CARTÓRIO DO 1º  
 Geovani Alves  
 Cunha  
 Escrevente  
 CTPS nº 64919  
 Série 158 RJ  
 Insc. 8937 Liv. 8.935/94  
 OFÍCIO DE NOTAS - R.





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º andar - Centro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.876.808-00, e por seu Diretor de Relações Institucionais, JOSÉ MARCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; THEREZINHA COIMBRA FRANÇA, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 92420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30; TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 - 14º andar - Centro - RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente da ordem ou nomeação, confere plenos poderes para, o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandado, inclusive subestabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, daí quitação e levantar o crédito proveniente do alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo o qualquer levantamento, judicial ou em instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Para o presente com o mesmo conteúdo, a Seguradora Líder DPVAT adota (por) sua entidade e signa a presente a seguir:





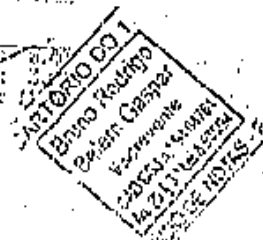
OUTORGANTE figura, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1709-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos termos da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de Junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

170 CRÉDITO DE 100% - Tabelião Carlos Alberto Lima Oliveira  
Rua do Carmo 65 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800  
Assentado por assinatura as firmas dos MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ  
MÁRCIO BARBOSA NORTON 100000204/1400  
Rio de Janeiro, 06 de Junho de 2014. Cert. por  
Em testemunho da verdade. Serventia  
Tabela 100/2014, Tabelião - 100  
FARM-2014/06, 1000-252/101  
Consulte em <http://www.tjrr.jus.br/portal/portal>



Assinado eletronicamente por: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - 04/03/2016 09:23:24  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16030409232261800000003076698>  
Número do documento: 16030409232261800000003076698



**SUBSTABELECIMENTO**

Na qualidade de procurador da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do Dr. ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983, com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife - PE, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente do alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-0, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.246.608/0001-04, nos estritos termos da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de Junho de 2014.

Valdir Dias da Silva Sousa Júnior

Valdir Junior  
Gerente Jurídico Confidencial



1949-1950-1951-1952-1953-1954-1955-1956-1957-1958-1959-1960-1961-1962-1963-1964-1965-1966-1967-1968-1969-1970-1971-1972-1973-1974-1975-1976-1977-1978-1979-1980-1981-1982-1983-1984-1985-1986-1987-1988-1989-1990-1991-1992-1993-1994-1995-1996-1997-1998-1999-2000-2001-2002-2003-2004-2005-2006-2007-2008-2009-2010-2011-2012-2013-2014-2015-2016-2017-2018-2019-2020-2021-2022-2023-2024-2025-2026-2027-2028-2029-2030-2031-2032-2033-2034-2035-2036-2037-2038-2039-2040-2041-2042-2043-2044-2045-2046-2047-2048-2049-2050-2051-2052-2053-2054-2055-2056-2057-2058-2059-2060-2061-2062-2063-2064-2065-2066-2067-2068-2069-2070-2071-2072-2073-2074-2075-2076-2077-2078-2079-2080-2081-2082-2083-2084-2085-2086-2087-2088-2089-2090-2091-2092-2093-2094-2095-2096-2097-2098-2099-2100-2101-2102-2103-2104-2105-2106-2107-2108-2109-2110-2111-2112-2113-2114-2115-2116-2117-2118-2119-2120-2121-2122-2123-2124-2125-2126-2127-2128-2129-2130-2131-2132-2133-2134-2135-2136-2137-2138-2139-2140-2141-2142-2143-2144-2145-2146-2147-2148-2149-2150-2151-2152-2153-2154-2155-2156-2157-2158-2159-2160-2161-2162-2163-2164-2165-2166-2167-2168-2169-2170-2171-2172-2173-2174-2175-2176-2177-2178-2179-2180-2181-2182-2183-2184-2185-2186-2187-2188-2189-2190-2191-2192-2193-2194-2195-2196-2197-2198-2199-2200-2201-2202-2203-2204-2205-2206-2207-2208-2209-2210-2211-2212-2213-2214-2215-2216-2217-2218-2219-2220-2221-2222-2223-2224-2225-2226-2227-2228-2229-2230-2231-2232-2233-2234-2235-2236-2237-2238-2239-2240-2241-2242-2243-2244-2245-2246-2247-2248-2249-2250-2251-2252-2253-2254-2255-2256-2257-2258-2259-2260-2261-2262-2263-2264-2265-2266-2267-2268-2269-2270-2271-2272-2273-2274-2275-2276-2277-2278-2279-2280-2281-2282-2283-2284-2285-2286-2287-2288-2289-2290-2291-2292-2293-2294-2295-2296-2297-2298-2299-2300-2301-2302-2303-2304-2305-2306-2307-2308-2309-2310-2311-2312-2313-2314-2315-2316-2317-2318-2319-2320-2321-2322-2323-2324-2325-2326-2327-2328-2329-2330-2331-2332-2333-2334-2335-2336-2337-2338-2339-2340-2341-2342-2343-2344-2345-2346-2347-2348-2349-2350-2351-2352-2353-2354-2355-2356-2357-2358-2359-2360-2361-2362-2363-2364-2365-2366-2367-2368-2369-2370-2371-2372-2373-2374-2375-2376-2377-2378-2379-2380-2381-2382-2383-2384-2385-2386-2387-2388-2389-2390-2391-2392-2393-2394-2395-2396-2397-2398-2399-2400-2401-2402-2403-2404-2405-2406-2407-2408-2409-2410-2411-2412-2413-2414-2415-2416-2417-2418-2419-2420-2421-2422-2423-2424-2425-2426-2427-2428-2429-2430-2431-2432-2433-2434-2435-2436-2437-2438-2439-2440-2441-2442-2443-2444-2445-2446-2447-2448-2449-2450-2451-2452-2453-2454-2455-2456-2457-2458-2459-2460-2461-2462-2463-2464-2465-2466-2467-2468-2469-2470-2471-2472-2473-2474-2475-2476-2477-2478-2479-2480-2481-2482-2483-2484-2485-2486-2487-2488-2489-2490-2491-2492-2493-2494-2495-2496-2497-2498-2499-2500-2501-2502-2503-2504-2505-2506-2507-2508-2509-2510-2511-2512-2513-2514-2515-2516-2517-2518-2519-2520-2521-2522-2523-2524-2525-2526-2527-2528-2529-2530-2531-2532-2533-2534-2535-2536-2537-2538-2539-2540-2541-2542-2543-2544-2545-2546-2547-2548-2549-2550-2551-2552-2553-2554-2555-2556-2557-2558-2559-2560-2561-2562-2563-2564-2565-2566-2567-2568-2569-2570-2571-2572-2573-2574-2575-2576-2577-2578-2579-2580-2581-2582-2583-2584-2585-2586-2587-2588-2589-2590-2591-2592-2593-2594-2595-2596-2597-2598-2599-2600-2601-2602-2603-2604-2605-2606-2607-2608-2609-2610-2611-2612-2613-2614-2615-2616-2617-2618-2619-2620-2621-2622-2623-2624-2625-2626-2627-2628-2629-2630-2631-2632-2633-2634-2635-2636-2637-2638-2639-2640-2641-2642-2643-2644-2645-2646-2647-2648-2649-2650-2651-2652-2653-2654-2655-2656-2657-2658-2659-2660-2661-2662-2663-2664-2665-2666-2667-2668-2669-2670-2671-2672-2673-2674-2675-2676-2677-2678-2679-2680-2681-2682-2683-2684-2685-2686-2687-2688-2689-2690-2691-2692-2693-2694-2695-2696-2697-2698-2699-2700-2701-2702-2703-2704-2705-2706-2707-2708-2709-2710-2711-2712-2713-2714-2715-2716-2717-2718-2719-2720-2721-2722-2723-2724-2725-2726-2727-2728-2729-2730-2731-2732-2733-2734-2735-2736-2737-2738-2739-2740-2741-2742-2743-2744-2745-2746-2747-2748-2749-2750-2751-2752-2753-2754-2755-2756-2757-2758-2759-2760-2761-2762-2763-2764-2765-2766-2767

[illegible][illegible][illegible]

[illegible]

[illegible]

12. Вывод: при рассмотрении вопроса о возможности применения в качестве доказательства информации, полученной от лица, не являющегося субъектом персональных данных, необходимо учитывать, что такая информация не может быть использована в качестве доказательства, если она получена в результате незаконных действий лица, не являющегося субъектом персональных данных.





SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

**PRESENÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jails de Mendonça Alexandria, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cesar Alves de Oliveira, Mírcio Novas de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Modelinos, Rosana Tachima Salsano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Poli e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Sentoma, que, como os presentes respectivo conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

**ORDEM DO DIA:** (I) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (II) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (III) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** (I) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores RICARDO DE SA ACATAUASSÚ XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; CLAUDIO MENDES LADEIRA, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declararam que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declararam, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional do Seguro Privado - CNSP. A remuneração de

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizada em 25 de setembro de 2013  
Página 1 de 2





diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (II) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência do Seguro Privado - SUSEP, de seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cotello de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos anuais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (III) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram e título de assuntos gerais.

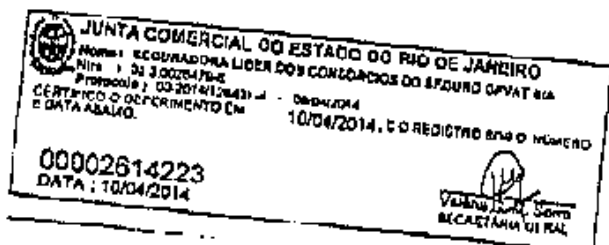
**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações levadas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma do sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cesar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Noves de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Tachime Salsano - Conselheiro; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.

  
André Leal Faria  
Secretário



Cópia da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013  
Página 2 de 2



02  
837

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO PRIVAT S.A.  
NIRE nº. 31.1.0028479-6  
CNPJ/MP nº. 09.248.608/0001-01

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2012**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de setembro de 2012, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

**CONVOCACÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por e-mail eletrônico enviado em 19 de setembro de 2012.

**PRESEÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Francisco Alves de Souza, Gustavo Pimenta Germino Santos, Hélio Hiroshi Kinoshita, João Gilberto Possiello, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Invenien Cavalcante Braga, Sidney Maury Santana, Marcelo Goldmann e Marcus Vinicius Lopes Martins. Presentes ainda os conselheiros Eli Nunes de Alcântara Bezerra e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constituintes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatavassu Xavier, Marcela Davoli Lopes, José Márcio Barroso Norton, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinicius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Opções da Companhia e Superintendente de Infraestrutura da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Fagundes.

**ORDEM DO DIA:** (I) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (II) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (III) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** (I) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores RICARDO DE SÁ ACATAVASSU XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MP sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor Presidente da Companhia; JOSÉ MÁRCIO BARROSO NORTON, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MP sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; MARCELLO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 01.984.233-0, inscrito no CPF/MP sob o no. 132.270.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; CLAUDIO MENDES LADEIRA, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF/MP sob o nº 912.427.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e MARCUS VINICIUS CATALDO DE FELIPE, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M.1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MP sob o no. 521.462.434-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2012 até o dia 10 de outubro de 2013, permanecendo inalterada a Investidura de novos administradores. Os

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro PRIVAT S.A., realizada em 26 de setembro de 2012  
Página 1 de 2



02/10/12

Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que a lei nº 12.415/2011 atribua a pena de prisão perpétua e, ainda, não estejam inabilitados para cargo, nos termos da Lei nº 12.415/2011. Os diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambos do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração do diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de março de 2012; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, ratificar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor designado responsável administrativo-financeiro e responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor designado responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Lopes Davoli: diretor designado responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais pertinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora eleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada dissentiram a título de assuntos pormenorizados.

**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora eleitos declaram estar cientes de que as deliberações lidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser incluído, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de relatório dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Távares Pereira Filho - Presidente da Mesa; (ass.) André Leal Faoro - Secretário; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Gustavo Pimenta Germano Santos - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) João Gilberto Possiede - Conselheiro; (ass.) Jorge Carvalhin - Conselheiro; (ass.) Jorge de Souza Andrade - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Juvêncio Cavalcante Braga - Conselheiro; (ass.) Sidney Maury Sentoma - Conselheiro; (ass.) Marcelo Galerman - Conselheiro; (ass.) Marcus Vinícius Lopes Martins - Conselheiro; (ass.) Ricardo de Sá Azeiteiro Xavier - Diretor Presidente eleito; (ass.) José Márcio Barbosa Norton - Diretor eleito; (ass.) Marcelo Davoli Lopes - Diretor eleito; (ass.) Cláudio Mendes Lageira - Diretor eleito; (ass.) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe - Diretor eleito.

Certifico para todos os fins admitidos em direito que esta certidão é reprodução fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2012

*André Leal Faoro*

André Leal Faoro  
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro D'VAT S.A., realizada em 26 de setembro de 2012.  
Página 2 de 2



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**  
(em organização)

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
realizada em 10 de Outubro de 2007.

**1. DATA, HORA E LOCAL:**

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro de 2007, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

**2. PRESENÇA:**

Presentes os conselheiros Srs. Casimiro Blanco Gómez, Gilberto Duarte de Alencar Filho, Idacelmo Mendes Vieira, Juvêncio Cavalcante Braga, Lenro Magno Agrizzi, Luiz Tavares Pereira Filho, Emerson Bernardes da Silva, Tadashi Komamura, Luiz Augusto Momenop, Gustavo Pimenta Germano Santos, Miguel Junqueira Pereira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Júlio Cezar Alves de Oliveira, Luiz Eduardo Fidalgo e Mauro César Batista.

Secretário: André Leal Faoro

**3. ORDEM DO DIA:**

- (i) Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- (ii) Eleição da Diretoria da Companhia; e
- (iii) Convocação de Assembleia Geral Extraordinária para eleição de 6 (seis) membros do Conselho de Administração da Companhia, se necessário.

**4. DELIBERAÇÕES TOMADAS:**

- (i) Por estarem exercendo cargos equivalentes no Grupo de Trabalho de Reestruturação dos Convênios do Seguro DPVAT, foram eleitos por unanimidade os Srs. Luiz Tavares Pereira Filho para presidente e o Sr. Casimiro Blanco Gómez para vice-presidente deste Conselho de Administração;
- (ii) Foram eleitos por unanimidade os Srs. RICARDO DE SÁ ACATAUASSU XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo SSP/FP, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para diretor-presidente da Companhia; o Sr. JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e REGINA MARIA RANGEL FARIAS, brasileira, solteira, engenheira, titular do documento de identidade no. 04.834.066-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o no. 901.089.907-10, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para diretores da Companhia.
- (iii) Deliberou-se, por fim, por unanimidade convocar assembleia geral extraordinária, encerrando-se a reunião.



exigida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para o dia 7 de Novembro de 2007, para eventual ratificação da eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia ocorrida na Assembleia realizada no dia 10 de outubro de 2007, tendo em vista a possível exigência de prévia publicação de declaração de propósito.

#### 5. VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES

(i) Declaram os membros do Conselho de Administração abaixo assinados que estão cientes de que: Os atos aqui praticados estão condicionados à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP da sua eleição na Assembleia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. para integrar o presente Conselho de Administração, bem como à homologação pela SUSEP desta reunião.

#### 6. ENCERRAMENTO:

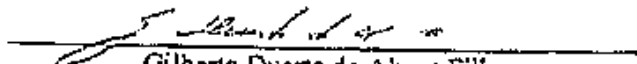
Nada a mais a ser tratado, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ata.


Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2007


  
Luiz Távares Pereira Filho  
Presidente do Conselho


  
André Leal Fuoro  
Secretário

  
Casimiro Blanco Gómez

  
Gilberto Duarte de Abreu Filho


  
Idnelmo Mendes Vieira

  
Juvêncio Cavalcante Braga

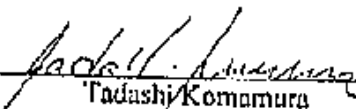
  
Lauro Mugno Aguzzi




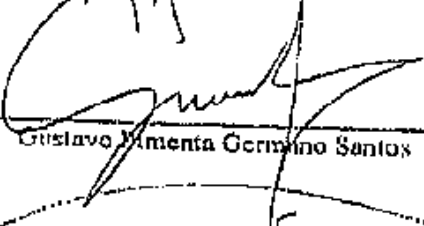
Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos  
Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007

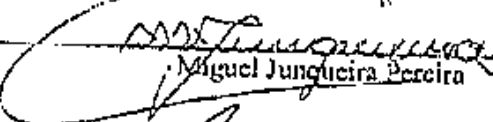
  
Luiz Tavares Pereira Filho

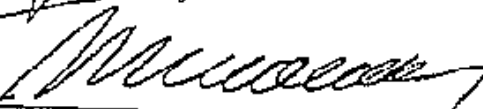
  
Emerson Bernardino da Silva

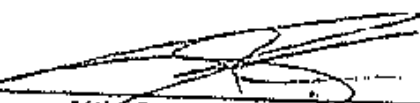
  
Tadashi Komamura

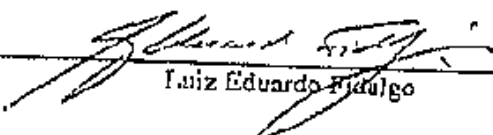
  
Luiz Augusto Montesano

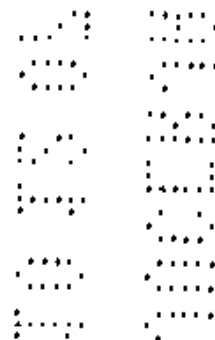
  
Gustavo Amenta Germino Santos

  
Miguel Junqueira Pereira


  
Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti

  
Júlio César Alves de Oliveira



  
Luiz Eduardo Rialgo



Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos  
Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007

  
\_\_\_\_\_  
Mauro César Batista

23 23  
23 23  
23 23  
23 23



**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE  
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS  
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS  
CATEGORIAS 3 e 4.**

**REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007**

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembleia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1, 2, 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização - FENASEG, Sr. João Ilídio Ferraz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Faoro para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era do conhecimento dos presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 3 e 4, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP nº. 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Genco Seguradora S.A., Sr. Vasco Maestri Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa irregularidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembleia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Genco Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11.1 dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que conste ao invés de 20% como quorum para convocação de assembleias anuais o percentual de 5% conforme determina o artigo 123, Parágrafo Único, item c, da Lei das S.A.; o Sr. Casimiro Blanco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fixasse menção ao percentual de quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a sugestão na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Blanco. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir do 1º de fevereiro de 2008.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios da Seguro DPVAT  
Pág. 1 de 20



**- INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO  
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 3 e 4.**

As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEQ, na qualidade de interveniente unânime,

Considerando:

- (d) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determina, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (e) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (f) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

CONVENCIONAM entre si, o que se segue:

**Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT**

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 3 e 4 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados aos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos na sede da Seguradora Líder do Consórcio.

**Cláusula 2ª - ADESÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS**

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem sair simultaneamente do Consórcio para as

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 9 de 20

*[Assinaturas manuscritas]*



categorias 1, 2, 3 e 10, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficam sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

### Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio da interessada, da qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo sem ingresso no Juri Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação dos demais, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

### Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE

4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente a sua respectiva quota, participando com esse percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, e metade de forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras do presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição de patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou as torne inaplicáveis ao Consórcio, a critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas do exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar, organizações sob a forma de sociedade anônima, sociedades reassuradoras, operadoras de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações holonárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas ou outras atividades, atualizadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 10 de 20



interos efetivamente despendidas; despesas municipais; os créditos tributários decorrentes do prejuízo fiscal de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

#### **Cláusula 5ª - ATENDIMENTO**

Cada Seguradora compromete-se a atender os usuários e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.

#### **Cláusula 6ª - SEGURADORA LÍDER**

6.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT aqui convençãoado, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 - 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula "ad negotia" e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa execução das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, controlar passivos, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, rateando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2 - A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 - Caso a referida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., em virtude de omissão da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, incluída em assembleia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 11 de 20



#### **Cláusula 7 - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS**

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEQ, e a futura Confederação que vier a sucedê-la, para terceirização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização da sua contratação, por ocasião do licenciamento dos veículos.

#### **Cláusula 8 - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS**

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder ratificar entre as Seguradoras consorciadas as receitas e despesas relativas à operação do Consórcio e prestar, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

#### **Cláusula 9 - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS**

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.

#### **Cláusula 10 - PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

#### **Cláusula 11 - ASSEMBLÉIA**

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembleia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 12 de 20

*A.* *N* *Im*



convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definida pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembleia.

11.2 - Nas assembleias, prevalecerão as decisões sufragadas por maioria simples de votos, estabelecido o "quorum" de instalação de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quarto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembleias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade das quotas de participação das Seguradoras, estabelecidas na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembleias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

## **Clausula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO**

O presente Instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integram na época da alteração;

## **Clausula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA**

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento exercendo a opção de retirada dirigida à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias no término do ano civil prévio àquele em que pretenda ser excluída.

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras retirantes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar as pedidos, a não ser na hipótese do item 13.11, abaixo.

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada a: (a) cessão e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessão e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas as exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuídas ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o resíduo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso, a reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela da sua

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 13 de 20



responsabilidade entendida com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado na data da saída.

13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente no final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, depois de transferidos todos os ativos garantidores da sua parcela de IBNR e demais reservas, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que for excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida no Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembleia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura despendida na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário do seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhá-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente aviso de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como nas novas ações ajuizadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, na hipótese de que sobrevier decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia do montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso, imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se façam em número e em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio de Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembleia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 14 de 20



venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio em 33% do total de suas quotas de participação.

13.12. - As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicarão-se, no que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

#### Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1 - O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT - categorias 3 e 4, que fica automaticamente extinto.

14.2 - As Seguradoras, neste ato, não se tornaram titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a suas respectivas quotas, sucedem os Convenientes nos direitos e obrigações referentes ao Seguro DPVAT - categorias 3 e 4.

14.3 - Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Saída dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

#### Cláusula 15ª - VIGÊNCIA

Cláusula 15 - O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigorará enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvadas as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

#### Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.

E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores a fazerem no sempre bom, firme e valioso."


Ata da Assembleia de Constituição das Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 15 de 20

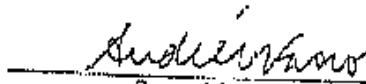
18 2 11





Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavatura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.


Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007

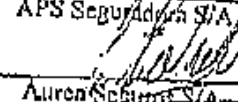
  
Presidente da Mesa


  
Secretário da Mesa

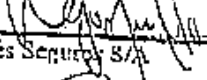
  
ACE Seguradora S/A

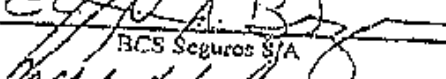
  
American Life Companhia de Seguros

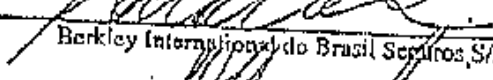
  
APS Seguradora S/A

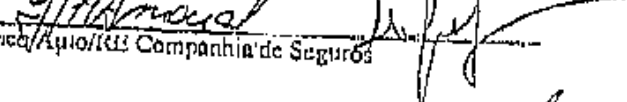
  
Aurora Seguros S/A

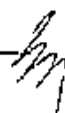
  
Azul Companhia de Seguros Gerais

  
Banestes Seguros S/A

  
BCS Seguros S/A


  
Berkley International do Brasil Seguros S/A


  
Bradesco Auto/VI Companhia de Seguros




Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 16 de 20




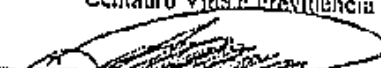
  
Bradesco Vida e Previdência S/A


  
Brasileiros Companhia de Seguros

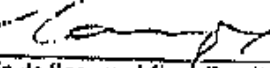
  
BVA Seguros S/A

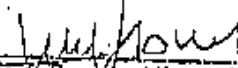
Thierry Clauton  
Diretor-Presidente

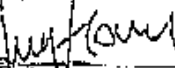
  
Cobor Seguradora S/A

  
Centaur Vida e Previdência S/A


  
Grupo do Brasil Cia de Seguros

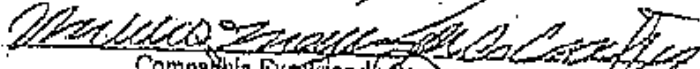
  
Cia de Seguros Minus Brasil


  
Companhia de Seguros Aliança do Bahia


  
Companhia de Seguros Aliança do Brasil

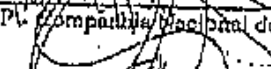
  
Companhia de Seguros Grãfia Azul

  
Companhia de Seguros Previdência do Sul

  
Companhia Executor de Seguros

  
Companhia Mundial de Seguros

  
CONAPP, Companhia Nacional de Seguros

  
Confiança Companhia de Seguros

Ato da Assembleia de Constituição dos Consórcios de Seguro D:VAT  
Fl. 17 de 20



~~Seguros S/A - Companhia Seguros e Previdência S/A~~

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Finnax Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Genta Seguradora S/A

Geising Sul América S/A - Seguros Industriais

Genul Hartford Seguros S/A

Indiana Seguros S/A

Ipir Seguros S/A

Itaú Vida e Previdência S/A

J. Malucelli Seguradora S/A

Java Nordeste Seguros S/A

Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

Marcos Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 18 de 20



Martins Seguros S/A

MBM Seguros S/A

Minas-Brasil Seguradora Vida e Previdência S/A

Mitsui Sumitomo Seguros S/A

Mogeral S/A Seguros e Previdência

Nobre Seguradora do Brasil S/A

Panamericana de Seguros S/A

Paraná Companhia de Seguros

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

Porto Seguro Vida e Previdência S/A

PQ Seguros S/A

PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A

Safra Vida e Previdência S/A

Santander Seguros S/A

Sinif Previdência Cia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição do Consórcio do Seguro DPVAT  
Fl. 19 de 20





**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE  
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS  
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS  
CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10**

**REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007**

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembleia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10, E CATEGORIAS 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização - FENASEG, Sr. João Eliseo Penaz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Paiva para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, com a presença de todos os presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP nº 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Genie Seguradora S.A., Sr. Vasco Moreira Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa ilegalidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembleia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Genie Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Moreira Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11, I dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que consistisse no invés de 20% como quorum para convocação de assembleias gerais o percentual de 5% conforme determinam o artigo 123, Parágrafo Único, letra c, da Lei das S.A.; e Sr. Casimiro Bianco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fizesse menção ao percentual do quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a sugestão na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Bianco. O Sr. Vasco Moreira Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir de 1º de fevereiro de 2008.

**"INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO  
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 1, 2,  
9 e 10,**

**Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios de Seguro DPVAT**  
**Fl. 1 de 76**



As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras e a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG, na qualidade de Interviente-nomente,

Considerando:

- (a) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determinou, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (b) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (c) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

CONVENCIONAM entre si, o que se segue:

#### **Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT**

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 1, 2, 9 e 10 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes das comissões celebradas com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados nos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos na sede da Seguradora Líder do Consórcio.

#### **Cláusula 2ª - ADEÇÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS**

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem aderir simultaneamente ao Consórcio para as categorias 3 e 4, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficarão sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 2 de 20



### Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio da interessada, na qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo seu ingresso no ano Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação dos membros, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

### Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE

4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente à sua respectiva quota, participando com essa percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, o restante da forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras da presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição do patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou se torne implícita no Consórcio, a critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste Instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas de exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar organizadas sob a forma de sociedade anônima, sociedades resseguradoras, operadores de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, analisadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações acionárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas de outras atividades, analisadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios futuros efetivamente despendidas; despesas antecipadas; os créditos milionários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Pl. 3 de 20

*[Assinatura]*



#### **Clausula 5ª - ATENDIMENTO**

Cada Seguradora compromete-se a atender os membros e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.

#### **Clausula 6ª. SEGURADORA LÍDER**

6.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT, como aqui convencionado, a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 - 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula "ad negotia" e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa expansão das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, contratar pessoal, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, ficando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2 - A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 - Caso a referida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., em virtude de operação da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, indicada em assembleia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

#### **Clausula 7ª - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS**

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG, e a futura

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 4 de 20

*[Assinaturas manuscritas]*



Confirmação que vier a sucedê-la, para fiscalização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização da sua contratação, por meio do licenciamento dos veículos.

#### **Cláusula 8ª - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS**

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder atuar entre as Seguradoras consorciadas na arrecadação e despesas relativas à operação do Consórcio e, ainda, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

#### **Cláusula 9ª - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS**

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.

#### **Cláusula 10ª - PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do Seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

#### **Cláusula 11ª - ASSEMBLÉIA**

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembleia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definido pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembleias.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 5 de 20



11.2 - Nas assembleias, prevalecente as decisões adotadas por maioria simples de votos, estabelecida o "quorum" de instauração de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quinto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembleias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade dos quotas de participação das Seguradoras, estabelecidos na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembleias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

## **Cláusula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO**

O presente instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integrem na época da alteração;

## **Cláusula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA**

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento expondo a opção de reembolso dirigida à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ao término do ano civil prévio àquela em que pretenda ser excluída,

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras remanescentes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar as pedidos, a não ser na hipótese do item 13.11, abaixo.

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada a: (a) cessar e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessar e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas as exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuíveis ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o recálculo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso da reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela de sua responsabilidade calculada com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado em data da saída.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
PL 6 de 20



13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente ao final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, ocorridos ou não, depois de transferidos todos os direitos e obrigações da sua parcela de IDNR, e demais rescalvos, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que foi excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida no Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembleia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura desembolsada na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário de seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhar-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente pedido de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como, nas novas ações julgadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, ou hipótese de que sobrevinda decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia do montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se limitem em número e em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio do Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembleia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio ou 33% do total de suas quotas de participação.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 7 de 20



13.12. - As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicam-se, na que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

#### Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1. O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT - categorias 1, 2, 9, e 10, que fica automaticamente extinto.

14.2 - As Seguradoras, neste ato, não se tornaram titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a seus respectivos quotas, sucedem os Convenientes nos direitos e obrigações afinentes ao "Seguro DPVAT" - categorias 1, 2, 9 e 10.

14.3 - Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Sida dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

#### Cláusula 15ª - VIGÊNCIA

Cláusula 15 - O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigência enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvado as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

#### Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.

E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores e firmem-no sem prebo, firme e valioso."

Ato da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 8 de 20



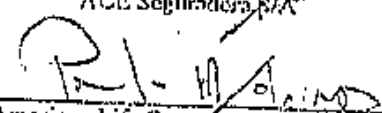
Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavagem desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007

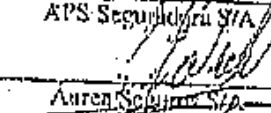
  
Presidente da Mesa


  
Secretário da Mesa

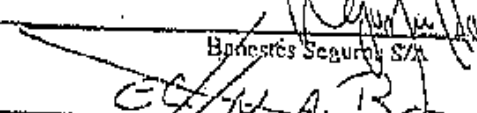
  
ACE Seguradora S/A

  
American Life Companhia de Seguros

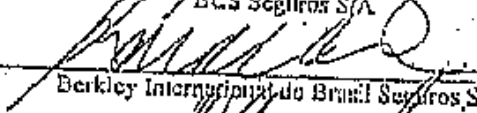
  
APS Seguradora S/A

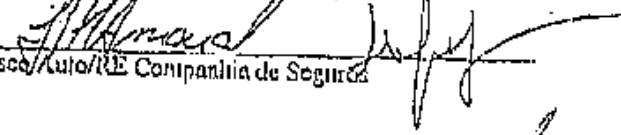
  
Auren Seguros S/A

  
Azul Companhia de Seguros Gerais

  
Bonifres Seguros S/A

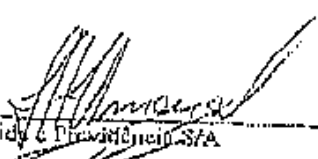
  
BCS Seguros S/A


  
Berkley International do Brasil Seguros S/A

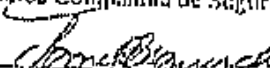
  
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

Ata da Assembleia de Consolidação dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 16 de 20

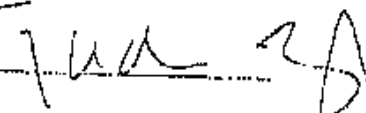


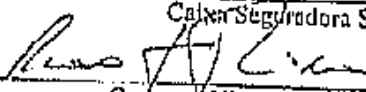
  
Bradesco Vida e Previdência S/A

  
Brasileiras Companhia de Seguros

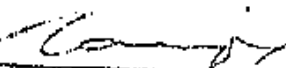
  
BVA Seguros S/A

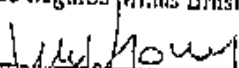
Thierry Claudon  
Diretor-Previdência

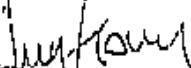
  
Cajazeira Seguradora S/A

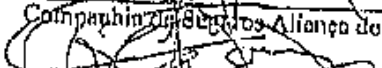
  
Centouro Vida e Previdência S/A


  
Cesb do Brasil Cia de Seguros

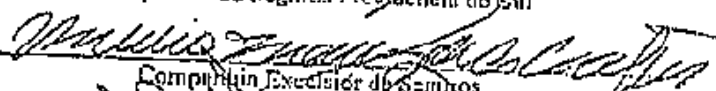
  
Cia de Seguros Minas Brasil

  
PP Companhia de Seguros Aliança do Brasil


  
Companhia de Seguros Aliança do Brasil


  
Companhia de Seguros Grãfia Azul

  
Companhia de Seguros Previdência do Sul

  
Companhia Executor de Seguros

  
Companhia Mutual de Seguros

  
CONAPV Companhia Nacional de Seguros

  
Confiança Companhia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 17 de 20



Associação Brasileira de Seguros Privados - ABSP

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Financ Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Genes Seguradora S/A

Geeling Sul América S/A - Seguros Industriais

Genes Sul América S/A

Indiana Seguros S/A

Itai Seguros S/A

Itai Vida e Previdência S/A

J. Multicall Seguros S/A

Jaya Nordeste Seguros S/A

Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

Mares-Mapfre Reservas Especiais Seguradora S/A

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro PRIVAT  
Pl. 18 de 20



Marília Seguros S/A

MDM Seguros S/A

Milau-Brazil Seguros Vida e Previdência S/A

Mitral-Sumitomo Seguros S/A

Mogorai S/A Seguros e Previdência

Nobre Seguros do Brasil S/A

Paranaguense de Seguros S/A

Paraná Companhia de Seguros

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

Porto Seguro Vida e Previdência S/A

PQ Seguros S/A

PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A

Safra Vida e Previdência S/A

Santander Seguros S/A

Sinif Previdência Cia de Seguros

Ato da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro PRIVAT  
Fl. 19 de 20







# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Esta Parte e a última eletronicamente publicada em 25 de Janeiro de 2016

## ATAS, CURTIDÕES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Associações, Sociedades e Outros

## SUMÁRIO

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

#### ATA DE REALIZAÇÃO DA

#### CONFERÊNCIA ANUAL

CONFERÊNCIA ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE EMPRESÁRIOS DO RIO DE JANEIRO (AERJ) - 25 de Outubro de 2016, às 14h, no Auditório da Associação de Empresas do Rio de Janeiro (AERJ), com a presença dos membros do Conselho Administrativo e dos membros do Conselho Fiscal, para discutir a situação financeira da entidade e a realização da Assembleia Geral Ordinária.

## ODEBRECHT

ATA DE REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA ANUAL DA ODEBRECHT - 25 de Outubro de 2016, às 14h, no Auditório da Odebrecht, com a presença dos membros do Conselho Administrativo e dos membros do Conselho Fiscal, para discutir a situação financeira da entidade e a realização da Assembleia Geral Ordinária.

ATA DE REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA ANUAL DA ODEBRECHT - 25 de Outubro de 2016, às 14h, no Auditório da Odebrecht, com a presença dos membros do Conselho Administrativo e dos membros do Conselho Fiscal, para discutir a situação financeira da entidade e a realização da Assembleia Geral Ordinária.

ATA DE REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA ANUAL DA ODEBRECHT - 25 de Outubro de 2016, às 14h, no Auditório da Odebrecht, com a presença dos membros do Conselho Administrativo e dos membros do Conselho Fiscal, para discutir a situação financeira da entidade e a realização da Assembleia Geral Ordinária.

ATA DE REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA ANUAL DA ODEBRECHT - 25 de Outubro de 2016, às 14h, no Auditório da Odebrecht, com a presença dos membros do Conselho Administrativo e dos membros do Conselho Fiscal, para discutir a situação financeira da entidade e a realização da Assembleia Geral Ordinária.

ATA DE REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA ANUAL DA ODEBRECHT - 25 de Outubro de 2016, às 14h, no Auditório da Odebrecht, com a presença dos membros do Conselho Administrativo e dos membros do Conselho Fiscal, para discutir a situação financeira da entidade e a realização da Assembleia Geral Ordinária.

ATA DE REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA ANUAL DA ODEBRECHT - 25 de Outubro de 2016, às 14h, no Auditório da Odebrecht, com a presença dos membros do Conselho Administrativo e dos membros do Conselho Fiscal, para discutir a situação financeira da entidade e a realização da Assembleia Geral Ordinária.

ATA DE REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA ANUAL DA ODEBRECHT - 25 de Outubro de 2016, às 14h, no Auditório da Odebrecht, com a presença dos membros do Conselho Administrativo e dos membros do Conselho Fiscal, para discutir a situação financeira da entidade e a realização da Assembleia Geral Ordinária.

ATA DE REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA ANUAL DA ODEBRECHT - 25 de Outubro de 2016, às 14h, no Auditório da Odebrecht, com a presença dos membros do Conselho Administrativo e dos membros do Conselho Fiscal, para discutir a situação financeira da entidade e a realização da Assembleia Geral Ordinária.

[illegible]

ALL INFORMATION CONTAINED  
HEREIN IS UNCLASSIFIED  
DATE 03-27-2001 BY 60322

[illegible]

**IMPRESSORA OFICIAL**  
Rua Manoel Torres, 130 - Jd. São João - São Paulo - SP

**Haroldo Tenger Paulo Thiecho**  
(011) 3333-3333

**Imp. Manoel Torres**  
(011) 3333-3333

**Arturo de Oliveira Mendes**  
(011) 3333-3333

## DIÁRIO OFICIAL

### EXTRAORDINÁRIO

**ENVIO DO MATERIAL** - Os pedidos de envio do material para publicação devem ser encaminhados para o Diretor de Redação, Rua Manoel Torres, 130 - Jd. São João - São Paulo - SP, até o dia 15 de cada mês.

**RECEITA DE RECEBIMENTO** - Os pedidos de envio do material para publicação devem ser encaminhados para o Diretor de Redação, Rua Manoel Torres, 130 - Jd. São João - São Paulo - SP, até o dia 15 de cada mês.

**RECEITA DE RECEBIMENTO** - Os pedidos de envio do material para publicação devem ser encaminhados para o Diretor de Redação, Rua Manoel Torres, 130 - Jd. São João - São Paulo - SP, até o dia 15 de cada mês.

**RECEITA DE RECEBIMENTO** - Os pedidos de envio do material para publicação devem ser encaminhados para o Diretor de Redação, Rua Manoel Torres, 130 - Jd. São João - São Paulo - SP, até o dia 15 de cada mês.

**RECEITA DE RECEBIMENTO** - Os pedidos de envio do material para publicação devem ser encaminhados para o Diretor de Redação, Rua Manoel Torres, 130 - Jd. São João - São Paulo - SP, até o dia 15 de cada mês.

**RECEITA DE RECEBIMENTO** - Os pedidos de envio do material para publicação devem ser encaminhados para o Diretor de Redação, Rua Manoel Torres, 130 - Jd. São João - São Paulo - SP, até o dia 15 de cada mês.

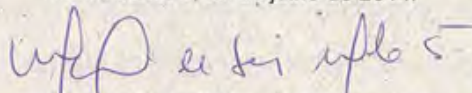
SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da Seguradora: **ACE SEGURADORA S/A**; **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BCS SEGUROS S/A**; **BMG SEGURADORA S/A**; **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL SEGURADORA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURUS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **CIA MUTUAL DE SEGUROS**; **COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA**; **COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **FEDERAL DE SEGUROS S/A**; **FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **J. MALUCELLI SEGUROS S/A**; **MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MARÍTIMA SEGUROS S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A**; **PANAMERICANA DE SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **PQ SEGUROS S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **QBE BRASIL SEGUROS S/A**; **ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SUHAÍ SEGUROS S/A**; **SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**;



VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS; VIDA SEGURADORA S/A; XL SEGUROS BRASIL S/A; YASUDA SEGUROS S/A; ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do Dr. **ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983; com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife - PE. Os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2014.

  
Maristella de Farias Melo Santos

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira		PARTICULAR DO 17º	
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800		Bruno Rodrigo Belem Gaspar	
Reconheço por semelhança a firma de: MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS (X000000EFD00)		Escritor	
Rio de Janeiro, 28 de julho de 2014. Conf. por:		CAD / CGJ nº 94.04781	
Em testemunho da verdade.		Art. 20 § 3º Lei 8.935/94	
Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.		36% TJ+FUNDS : 1,50	
Total : 5,70		OFÍCIO DE NOTAS - RJ	
ERKH-87150 VAY Consulte em <a href="https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico">https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico</a>			





Seguradora Líder - DPVAT

### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do **Dr. ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983; com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife – PE, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2014.

**Valdir Dias de Sousa Júnior**

*Valdir Junior*  
Gerente Jurídico Contencioso



## CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

JOÃO PESSOA

5 de abril de 2016

EDILAERTE VALERIO DA SILVA



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Equadoro Liden dos Consueiros S/A

ENDEREÇO / ADRESSE

R. Smaden Dantas, #4, 5 andar, Centro

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAÍS / PAYS

20031-205

Rio de Janeiro

RJ

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Citação do PJE: 0819624-91.2015.815.2001

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

EDIFÍCIO SEGURADORAS MENSAGERIA

17 FEV 2016

Renato Lima de Oliveira

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

Matr. 20447194



CO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm



Assinado eletronicamente por: EDILAERTE VALERIO DA SILVA - 05/04/2016 16:04:49

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16040516044940100000003352477>

Número do documento: 16040516044940100000003352477



AVISO DE  
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

RA 16264471 0 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL  
COMARCA DA CAPITAL  
JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL  
FÓRUM CÍVEL PLS. MÁRIO MORAES PORTO  
Av. João Machado, nº 532 - Centro - João Pessoa-PB

--	--	--	--	--	--	--	--



Petição



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE  
JOÃO PESSOA - PB

Processo n.º 08196249720158152001

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**  
S.A., CNPJ 09.248.60 /0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031205, na qualidade de gestora dos **CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT** – seguro obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de via Terrestre, firmados consoante determinação do Conselho Nacional de Seguros Privados, conforme se observa dos atos constitutivos e instrumentos procuratórios anexos, e **SAVIO SILVA DE AGUIAR** já qualificado nos autos da Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório – DPVAT, em trâmite nesta vara ou juizado, vem, por seus advogados abaixo-assinado, expor, para ao final requerer o que segue:

As partes, visando pôr fim ao litígio, resolveram, mediante concessão mútua, celebrar acordo, na forma do art. 840 c/c art. 849 do Código Civil, transacionando conforme as seguintes cláusulas e condições:

A parte autora, por livre e espontânea vontade, realizou Avaliação Médica para fins de Conciliação, consoante laudo anexo, sendo apurada indenização a pagar, descontando-se o valor já indenizado administrativamente.

Por tal razão, a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, como gestora dos Consórcios DPVAT, pagará à parte Autora a importância de **R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais)** para a liquidação do feito, acrescido da importância de **R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais)** referentes ao pagamento de honorários de sucumbência, totalizando a quantia de **R\$ 810,00 (oitocentos e dez reais)**.

O pagamento será efetuado mediante **depósito judicial** em até 30 (trinta) dias a contar da homologação judicial e, eventuais custas serão recolhidas pela parte ré.

Insta ressaltar que a transação ora celebrada não implica em reconhecimento do direito pretendido pela parte autora.

A parte autora renuncia expressamente ao pedido de correção monetária a contar da entrada em vigor da MP 340/06 referente à indenização pleiteada na presente ação judicial bem como quaisquer correção monetária do valor já pago administrativamente.

Com o pagamento da quantia acordada e acima referida, a parte autora concorda que nada mais será cobrado, judicial ou administrativamente em face da parte ré e de todas as Seguradoras Consorciadas, ora

Maria Vilhena  
OAB/PB 17.295



representadas pela Seguradora DPVAT, quanto ao objeto da ação da vítima **SAVIO SILVA DE AGUIAR** inscrito no **CPF n.º 110.615.554-88** de modo que dá, neste ato, plena, irrestrita e irrevogável quitação do Seguro DPVAT relativo ao acidente de trânsito ocorrido em **05/11/2014** nos termos do **Boletim de Ocorrência n.º: 928/2015/PB**, para nada mais reclamar em Juízo, ou fora dele, seja a que título for.

Declaram as partes que o presente acordo é fruto de sua livre manifestação de vontade, não havendo vício algum, de qualquer ordem, sobre os termos acima dispostos.


As partes requerem, ante todo o exposto, a **homologação** do presente acordo, com a expedição de alvará para o levantamento da quantia depositada a título de transação.

As partes concordam com o imediato levantamento dos valores após a confirmação do depósito judicial, independente de nova manifestação das partes.

Assim requerem a **extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, III do Código de Processo Civil e sua consequente remessa ao arquivo geral do TJPB.**

Nestes Termos,  
P. Deferimento.

João Pessoa, 31 de Março de 2016.

  
ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA  
ADVOGADO/OAB- PE 16983

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**

  
SAVIO SILVA DE AGUIAR  
P/P MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA  
OAB/PB n.º 17.295



# AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE CONCILIAÇÃO

[Art. 31º da Lei 11.945 de 04/06/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

## Informações da Vítima

Nome completo: Savio Silva de Aguiar  
CPF: 110.615.554-88  
Endereço completo: \_\_\_\_\_

## Informações do Acidente

Local: João Pessoa - Pb  
Data do acidente: 05/11/2014

## Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação prévia em razão do processo judicial nº 0819624-97.2015.8.15.2001, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 9ª VC vara Cível ou JEC da Comarca de João Pessoa-PB.

Declaro, ainda, que estou ciente de que nada pagarei para realização desta avaliação e de que, caso eu e a entidade demandada não chegemos a um acordo, o processo judicial que propus para recebimento da indenização DPVAT prosseguirá normalmente.

João Pessoa - PB, 29 de março de 2016

local e data

*Savio Silva de Aguiar*

assinatura da vítima

## Avaliação Médica

I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

*Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.*

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

**Membro inferior esquerdo.**

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

**Edema peri maleolar com reducao da adm do tornozelo a dorsiflexao e da adm do pe a inversao e eversao.**

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

**b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)**

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

**Limitacao da adm do tornozelo e do pe com discreta alteracao a marcha. Prejuizo leve para a funcao global do membro.**

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessária exame complementar?



( ) Sim, em que prazo:

( X ) Não

Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

**Segmento corporal acometido: MIE.**

a) ( ) Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

b) ( X ) Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) ( ) Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

b.2) ( X ) Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

**Membro inferior - Lado Esquerdo**

( ) 10% Residual ( X ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa

2ª Lesão

( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa

3ª Lesão

( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa

4ª Lesão

( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

João Pessoa - PB, 29 de março de 2016

Assinatura do médico - CRM

*Victor Borba*

Dr. Victor Borba  
CREMEPE 21266



Certifico que faço os autos conclusos em virtude da petição de acordo. Dou fé.





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**9ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7) 0819624-97.2015.8.15.2001

[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SAVIO SILVA DE AGUIAR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

**SENTENÇA**

**AÇÃO ORDINÁRIA. CONCILIAÇÃO QUANTO AO OBJETO DA LIDE. PEDIDO CONJUNTO FORMULADO PELAS PARTES INTERESSADAS. HOMOLOGAÇÃO DA AVENÇA.**

A conciliação poderá ser objeto de pedido consensual entre as partes interessadas, impondo-se a homologação do pedido formulado, com a conseqüente extinção do processo.

Vistos, etc.

Cuida-se de **AÇÃO ORDINÁRIA**, envolvendo as partes acima indicadas, na qual as partes transigiram, como atesta acordo de ID 3502790, pugnando pela sua homologação.

Eis um breve relato.

***Passo a decidir.***

Em se tratando de direito disponível, é possível a conciliação entre as partes, podendo as mesmas peticionar, conjuntamente, estabelecendo as cláusulas da conciliação, estando satisfeitas as exigências legais atinentes à espécie, como fizeram as partes na petição de ID 3502790 dos autos.

***Isto posto, HOMOLOGO POR SENTENÇA*** o acordo de ID 3502790, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, de modo que **JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO**, nos termos do art. 487, III, b, do CPC/2015. Condeno a parte promovida ao pagamento de metade custas e despesas processuais, nos termos do art. 90, §2º do CPC/2015. Certifique-se de **imediato** o trânsito em julgado e, em ato contínuo, calculem-se as custas e despesas processuais.

Após, calculem-se as custas e despesas processuais. Em ato contínuo, intime-se promovida para, no prazo de 10 dias, efetuar o recolhimento das custas, sob pena de inscrição na dívida ativa do Estado. Decorrido o prazo sem pagamento, certifique-se e oficie-se à Procuradoria do Estado para proceder a inscrição, arquivando-se em seguida os autos, com baixa na distribuição, arquivando-se em seguida os autos, com baixa na distribuição.



Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 16 de maio de 2016.

Juiz(a) de Direito



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**9ª Vara Cível da Comarca da Capital**  
Av. João Machado, s/n, Jaguaribe, João Pessoa/PB - 4º ANDAR  
CEP: 58.013-520 / Tel.: (83)-3208-2479

---

**Nº do Processo: 0819624-97.2015.8.15.2001**  
Classe Processual: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)  
Assuntos: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SAVIO SILVA DE AGUIAR  
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

#### **CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO E ARQUIVAMENTO**

Certifico e dou fé que, ocorrendo a intimação das partes e decorridos os prazos sem a interposição de recursos, conforme indicado pelo sistema, verifica-se o trânsito em julgado da sentença contida nos autos, a qual foi devidamente publicada e registrada eletronicamente, motivo pelo qual nesta data procedo o arquivamento do processo, em cumprimento ao disposto na referida decisão.

João Pessoa, 23 de maio de 2016

**EDILAERTE VALERIO DA SILVA**  
Chefe de Cartório





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**9ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7) 0819624-97.2015.8.15.2001

[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SAVIO SILVA DE AGUIAR

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

**SENTENÇA**

**AÇÃO ORDINÁRIA. CONCILIAÇÃO QUANTO AO OBJETO DA LIDE. PEDIDO CONJUNTO FORMULADO PELAS PARTES INTERESSADAS. HOMOLOGAÇÃO DA AVENÇA.**

A conciliação poderá ser objeto de pedido consensual entre as partes interessadas, impondo-se a homologação do pedido formulado, com a conseqüente extinção do processo.

Vistos, etc.

Cuida-se de **AÇÃO ORDINÁRIA**, envolvendo as partes acima indicadas, na qual as partes transigiram, como atesta acordo de ID 3502790, pugnando pela sua homologação.

Eis um breve relato.

***Passo a decidir.***

Em se tratando de direito disponível, é possível a conciliação entre as partes, podendo as mesmas peticionar, conjuntamente, estabelecendo as cláusulas da conciliação, estando satisfeitas as exigências legais atinentes à espécie, como fizeram as partes na petição de ID 3502790 dos autos.

***Isto posto, HOMOLOGO POR SENTENÇA*** o acordo de ID 3502790, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, de modo que **JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO**, nos termos do art. 487, III, b, do CPC/2015. Condeno a parte promovida ao pagamento de metade custas e despesas processuais, nos termos do art. 90, §2º do CPC/2015. Certifique-se de **imediato** o trânsito em julgado e, em ato contínuo, calculem-se as custas e despesas processuais.

Após, calculem-se as custas e despesas processuais. Em ato contínuo, intime-se promovida para, no prazo de 10 dias, efetuar o recolhimento das custas, sob pena de inscrição na dívida ativa do Estado. Decorrido o prazo sem pagamento, certifique-se e oficie-se à Procuradoria do Estado para proceder a inscrição, arquivando-se em seguida os autos, com baixa na distribuição, arquivando-se em seguida os autos, com baixa na distribuição.



Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 16 de maio de 2016.

Juiz(a) de Direito



Petição



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA CO-  
MARCA DE JOÃO PESSOA/PB**

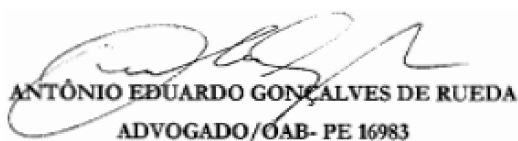
**REF. PROCESSO Nº 0819624-97.2015.8.15.2001**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, movido por **SAVIO SILVA DE AGUIAR**, vem respeitosa perante Vossa Excelência, requerer a juntada do comprovante de cumprimento do acordo, para que produza seus efeitos legais.

Requer, ainda, a ora peticionante que seja observado o nome do patrono **ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE nº 16.983** para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

JOÃO PESSOA/PB, 16 de Junho de 2016.

  
**ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**  
**ADVOGADO/OAB- PE 16983**



Petição.



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA CO-  
MARCA DE JOÃO PESSOA/PB**

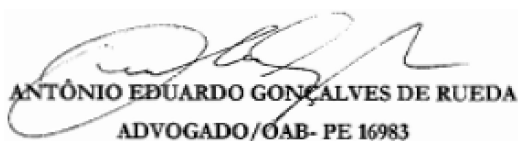
**REF. PROCESSO Nº 0819624-97.2015.8.15.2001**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, movido por **SAVIO SILVA DE AGUIAR**, vem respeitosa perante Vossa Excelência, requerer a juntada do comprovante de cumprimento do acordo, para que produza seus efeitos legais.

Requer, ainda, a ora peticionante que seja observado o nome do patrono **ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE nº 16.983** para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

JOÃO PESSOA/PB, 16 de Junho de 2016.

  
**ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**  
**ADVOGADO/OAB- PE 16983**





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		13/06/2016	1618	500114800134
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
13/06/2016	3160289931	08196249720158152001	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
JOAO PESSOA	9 VARA CIVEL	RÉU	810,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ		
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	Jurídico	09248608000104		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ		
SAVIO SILVA DE AGUIAR	Física	11061555488		
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
2DA6AC9F44F52F66				



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DR JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DE JOÃO  
PESSOA-PB.

JUSTIÇA GRATUITA

**SAVIO SILVA DE AGUIAR**, já devidamente qualificado e representado nos autos da *Ação de Cobrança*, movida em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A - , processo em destaque, por seus advogados e procuradores, adiante assinados, vem, com a devida vênia, perante Vossa Excelência, requerer a liberação dos valores depositados no ID 4126057 e nessa oportunidade se requer também que o alvará dos **honorários sucumbenciais seja expedido em separado conforme termo de acordo no ID 3502790**, afim de que seja satisfeito o crédito do qual se tem direito, por ser de inteira e lícita justiça.

Nestes termos.

Espera deferimento.

João Pessoa, 10 de agosto de 2016.

JOSE EDUARDO DA SILVA

OABPB 12578

**MEMÓRIA DE CÁLCULOS**

VALOR DEPOSITADO

R\$ 810,00

VALOR DOS HONORÁRIOS sucumbenciais

R\$ 135,00



**CRÉDITO DO AUTOR**

**R\$ 675,00**



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DR JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DE JOÃO  
PESSOA-PB.

JUSTIÇA GRATUITA

**SAVIO SILVA DE AGUIAR**, já devidamente qualificado e representado nos autos da *Ação de Cobrança*, movida em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A - , processo em destaque, por seus advogados e procuradores, adiante assinados, vem, com a devida vênia, perante Vossa Excelência, requerer a liberação dos valores depositados com memória de cálculo atualizados e corrigidos nos ID 4126057 e *nessa oportunidade se requer também* que o alvará dos **honorários sucumbenciais seja expedido em separado conforme termo de acordo no ID 3502790**, afim de que seja satisfeito o crédito do qual se tem direito, por ser de inteira e lícita justiça.

Nestes termos.

Espera deferimento.

João Pessoa, 14 de agosto de 2017.

JOSE EDUARDO DA SILVA

OABPB 12578



SEGUE PLANILHA DE CÁLCULO EM ANEXO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

CÁLCULO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Credor : SAVIO SILVA DE AGUIAR  
Devedor : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Este cálculo não pode ser parte integrante da PETIÇÃO INICIAL

VALOR DA CONDENAÇÃO PRINCIPAL, CONFORME ACORDO ID 3502790,  
ATUALIZADO ATÉ 26/09/2017, PARA FINS DE CÁLCULO DAS  
DESPESAS PROCESSUAIS (SENTENÇA ID 3793423).

DATA	ÍNDICE	DIVISOR	REDUTOR	DEDUÇÃO	MOEDA	SALDO
13/06/2016	INPC	0,9800	1	-	R\$	675,00
27/09/2017	INPC	2,9896	1	-	R\$	695,17
Mora 1% a.m. ( 15,00%) de 13/06/2016 até 27/09/2017					R\$	104,27
Débito atualizado até 27/09/2017					R\$	799,44
VALOR DA CONDENAÇÃO PRINCIPAL ATUALIZADO ATÉ 27/09/2017					R\$	799,44

DESPESAS PROCESSUAIS:

CUSTAS PROCESSUAIS	R\$	93,78
TAXA JUDICIÁRIA	R\$	46,89
TOTAL dos CRÉDITOS para o TRIBUNAL DE JUSTIÇA	R\$	140,67

DESPESAS PRO RATA (SENTENÇA ID 3793423):

PAGAMENTO A CARGO DO RÉU:

50% DAS CUSTAS PROCESSUAIS =	(1,00 UFR) R\$	46,89
50% DA TAXA JUDICIÁRIA =	(0,50 UFR) R\$	23,44
TOTAL DE 50% DOS CRÉDITOS P/TRIBUNAL DE JUSTIÇA (1,50 UFR)	R\$	70,33

INFORMATIVO:

50% DAS DESPESAS PROCESSUAIS A CARGO DO AUTOR:  
(JUSTIÇA GRATUITA - DESPACHO ID 2711797)

João Pessoa, 27 de setembro de 2017

Maria da Luz Costa de Araújo  
Contadoria Judicial





Poder Judiciário da Paraíba  
9ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, s/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

Número	do	Processo:	0819624-97.2015.8.15.2001
Classe:		PROCEDIMENTO	COMUM (7)
Assunto:		[ACIDENTE	DE TRÂNSITO]
Polo ativo:	AUTOR:	SAVIO SILVA	DE AGUIAR
Polo passivo:	RÉU:	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A	

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em cumprimento a determinação judicial expedi os alvarás 164 e 165/2017

JOÃO PESSOA, 26 de outubro de 2017  
EDILAERTE VALERIO DA SILVA





Poder Judiciário da Paraíba  
9ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, s/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

Número	do	Processo:	0819624-97.2015.8.15.2001
Classe:		PROCEDIMENTO	COMUM (7)
Assunto:		[ACIDENTE	DE TRÂNSITO]
Polo ativo:	AUTOR:	SAVIO SILVA	DE AGUIAR
Polo passivo:	RÉU:	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A	

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé que faço os autos conclusos em virtude da falta de determinação para expedição de alvará

JOÃO PESSOA, 7 de novembro de 2017  
EDILAERTE VALERIO DA SILVA





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**9ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0819624-97.2015.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Tendo em vista o trânsito em julgado da sentença (certidão de ID nº 3860084) e diante do cumprimento do acordo pela parte promovida, conforme comprova o DJO de ID nº 4126057, expeçam-se os respectivos alvarás judiciais, entregando-os a quem de direito, com as cautelas de praxe, **na forma estabelecida no acordo de ID nº 3502790, homologado pela sentença de ID nº 3793423.**

Em seguida, remetam-se os autos à Contadoria Judicial para calcular as custas e despesas processuais e, com o retorno dos autos, intime-se a parte promovida para efetuar o pagamento respectivo, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa do Estado.

Decorrido o prazo sem efetivação do pagamento das custas, oficie-se à Procuradoria do Estado para a referida inscrição e, a seguir, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição.

JOÃO PESSOA, 7 de novembro de 2017.

Juiz(a) de Direito





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

COMARCA DA CAPITAL

9ª VARA CÍVEL

FÓRUM DESEMBARGADOR MÁRIO MOACYR PORTO

AV. JOÃO MACHADO S/N - 4º ANDAR – JAGUARIBE

58.013-520 – JOÃO PESSOA PB

TELEFONE: (83) 3208-2479

**ALVARÁ Nº 164 /2017**

**PROCESSO Nº 0819624-97.2015.8.15.2001**

O(A)Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) **IVANOSKA MARIA ESPERIA DA SILVA, Juiz(íza) de Direito do 9ª Vara Cível da Capital**, da Comarca da Capital do Estado da Paraíba, por este Alvará, estando devidamente assinado, AUTORIZA a pessoa abaixo qualificada, que deverá se identificar, a proceder o levantamento da importância inframencionada, que se encontra depositada judicialmente.

**BENEFICIÁRIO: SAVIO SILVA DE AGUIAR**

**CPF 110.615.554-88**

**BANCO DO BRASIL S/A CONTA JUDICIAL 500114800134**

**R\$ 675,00 (SEISCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS ), COM OS ACRÉSCIMOS DEVIDOS.**

DEVE A ALUDIDA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PROCEDER EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, DISPENSADA A APRESENTAÇÃO DE VIA IMPRESSA DESTA ALVARÁ COM ASSINATURA FÍSICA DO JUIZ, DEVENDO SER VERIFICADA A AUTENTICIDADE DESTA ORDEM JUDICIAL ATRAVÉS DO SÍTIO "[HTTP://PJE.TJPB.JUS.BR/PJE/PROCESSO/CONSULTADOCUMENTO/LISTVIEW.SEAM](http://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17111416092661700000010597619)", BASTANDO, PARA TANTO, SER FORNECIDO O CÓDIGO NUMÉRICO QUE SE ENCONTRA NO RODAPÉ DESTA DOCUMENTO (CÓDIGO DE BARRAS). O QUE CUMpra-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB, E EMITIDO EM 14 DE NOVEMBRO DE 2017. O PRESENTE DOCUMENTO FOI REDIGIDO PELO(A) SERVIDOR(A) EDILAERTE VALERIO DA SILVA, CHEFE



DE CARTÓRIO, E ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO(A) EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO ABAIXO DISCRIMINADO(A).

**IVANOSKA MARIA ESPERIA DA SILVA**

Juíza de Direito

- 1- Havendo coincidência do número do processo, do CPF e do nome da parte beneficiária, eventual divergência em relação ao órgão jurisdicional (juizado) no campo “Órgão/Vara”, deverá ser considerada mera irregularidade que não impedirá a liberação do alvará;
- 2- Os cálculos referentes à sucumbência segue a mesma regra/fórmula das Turmas Recursais;
- 3- **Só será válido o pagamento por procuração se esta contiver poderes especiais e específicos, com expressa referência aos dados do processo e valor deste alvará (art. 661, § 1º do CCB), além do reconhecimento da firma do outorgante, se a procuração for particular (art. 654, § 2º, do Código Civil Brasileiro).**



EXCELENTÍSSIMO JUÍZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL-PB.

‘  
SÁVIO SILVA DE AGUIAR, já devidamente singularizado nos autos, vem á presença de Vossa Excelência, requerer a expedição do alvará de sucumbência em nome do subscritor desta, no valor de R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais), de acordo com o depósito realizado pela Seguradora Ré. Com a expedição do alvará se dá como satisfeita a obrigação.

Pede e espera recebimento.

José Eduardo da Silva

OAB/PB 12578.





**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMARCA DA CAPITAL  
9ª VARA CÍVEL  
FÓRUM DESEMBARGADOR MÁRIO MOACYR PORTO  
AV. JOÃO MACHADO S/N - 4º ANDAR – JAGUARIBE  
CEP.58.013-520 – JOÃO PESSOA PB  
TELEFONE: (83) 3208-2479**

---

**ALVARÁ Nº 79 /2018**

**PROCESSO Nº 0819624-97.2015.8.15.2001**

O(A)Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) **IVANOSKA MARIA ESPERIA DA SILVA, Juiz(íza) de Direito do 9ª Vara Cível da Capital**, da Comarca da Capital do Estado da Paraíba, por este Alvará, estando devidamente assinado, AUTORIZA a pessoa abaixo qualificada, que deverá se identificar, a proceder o levantamento da importância inframencionada, que se encontra depositada judicialmente.

**BENEFICIÁRIO:** José Eduardo da Silva

OAB/PB 12578.

**BANCO DO BRASIL S/A CONTA JUDICIAL  
500114800134**

**R\$ 135,00 ( CENTO E TRINTA E CINCO REAIS ), COM OS ACRÉSCIMOS DEVIDOS.**

**DEVE A ALUDIDA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PROCEDER EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, DISPENSADA A APRESENTAÇÃO DE VIA IMPRESSA DESTES ALVARÁ COM ASSINATURA FÍSICA DO JUIZ, DEVENDO SER VERIFICADA A AUTENTICIDADE DESTA ORDEM JUDICIAL ATRAVÉS DO SÍTIO "HTTP://PJE.TJPB.JUS.BR/PJE/PROCESSO/CONSULTADOCUMENTO/LISTVIEW.SEAM", BASTANDO, PARA TANTO, SER FORNECIDO O CÓDIGO NUMÉRICO QUE SE ENCONTRA NO RODAPÉ DESTES DOCUMENTO (CÓDIGO DE BARRAS). O QUE CUMPRAR-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB, E EMITIDO EM 7 DE JUNHO DE 2018. O PRESENTE DOCUMENTO FOI REDIGIDO PELO(A) SERVIDOR(A) EDILAERTE VALERIO DA SILVA, CHEFE DE CARTÓRIO, E ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO(A) EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO ABAIXO DISCRIMINADO(A).**



**IVANOSKA MARIA ESPERIA DA SILVA**

Juíza de Direito

1- Havendo coincidência do número do processo, do CPF e do nome da parte beneficiária, eventual divergência em relação ao órgão jurisdicional (juizado) no campo “Órgão/Vara”, deverá ser considerada mera irregularidade que não impedirá a liberação do alvará ;

2- Os cálculos referentes à sucumbência segue a mesma regra/fórmula das Turmas Recursais;

**3- Só será válido o pagamento por procuração se esta contiver poderes especiais e específicos, com expressa referência aos dados do processo e valor deste alvará (art. 661, § 1º do CCB), além do reconhecimento da firma do outorgante, se a procuração for particular (art. 654, § 2º, do Código Civil Brasileiro).**





Poder Judiciário da Paraíba  
9ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, s/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**Número do Processo:** 0819624-97.2015.8.15.2001  
**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM (7)  
**Assunto:** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
**Polo ativo:** AUTOR: SAVIO SILVA DE AGUIAR  
**Polo passivo:** RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

### **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que remeto os autos à contadoria judicial, para atualização dos cálculos judiciais

JOÃO PESSOA, 14 de junho de 2018  
EDILAERTE VALERIO DA SILVA



Petição.



Segue em anexo:



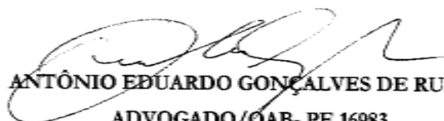
**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA  
DE JOÃO PESSOA/PB**

**REF. PROCESSO Nº 0819624-97.2015.8.15.2001**

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A,**  
empresa Seguradora já devidamente qualificada nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA –  
SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SAVIO SILVA DE AGUIAR**, vem respeitosa e  
tempestivamente perante Vossa Excelência, **requerer a juntada do comprovante de  
pagamento das custas processuais finais bem como o consequente arquivamento da  
ação.**


Nestes termos, pede deferimento.


De Recife/PE para João Pessoa/PB, 14 de agosto de 2018.

  
**ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**  
ADVOGADO/OAB- PE 16983

**VINICIUS BARROS DE VASCONCELOS**  
OAB/PB 22.018-A



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98		<b>Via Parte</b>		Data de Emissão <b>09/08/2018</b>
				Data de Vencimento <b>05/09/2018</b>
Comarca <b>Joao Pessoa</b>	Nº do Processo <b>0819624-97.2015.815.2001</b>	Nº da Guia <b>200.2018.614800</b>	Conta FEPJA <b>1618-7/228.039-6</b>	
Histórico <b>Tipo de Guia:</b> Guia de Custas Finais <b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7 <b>Promovente:</b> SAVIO SILVA DE AGUIAR <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A  <b>Observação:</b> A distribuição do processo será realizada após a confirmação do pagamento da guia.			Custas Judiciais (R\$) <b>97,68</b>	
			Taxa Judiciária (R\$) <b>48,84</b>	
			Despesas Postais (R\$) <b>0,00</b>	
			Despesas com Mandados (R\$) <b>0,00</b>	
			Tarifa Bancária (R\$) <b>1,35</b>	
Instruções <b>Pagar nas agências do Banco do Brasil ou Correspondentes Bancários.</b>			Valor Total (R\$) <b>147,87</b>	

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98		<b>Via Processo</b>		Data de Emissão <b>09/08/2018</b>
				Data de Vencimento <b>05/09/2018</b>
Comarca <b>Joao Pessoa</b>	Nº do Processo <b>0819624-97.2015.815.2001</b>	Nº da Guia <b>200.2018.614800</b>	Conta FEPJA <b>1618-7/228.039-6</b>	
Histórico <b>Tipo de Guia:</b> Guia de Custas Finais <b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7 <b>Promovente:</b> SAVIO SILVA DE AGUIAR <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A  <b>Valor da Causa:</b> R\$ 405,00  <b>Valor Total da Guia:</b> R\$ 147,87 (3,03 UFR) <b>Valor da UFR:</b> R\$ 48,84 <b>Observação:</b> A distribuição do processo será realizada após a confirmação do pagamento da guia.			Custas Judiciais (R\$) <b>97,68</b>	
			Taxa Judiciária (R\$) <b>48,84</b>	
			Despesas Postais (R\$) <b>0,00</b>	
			Despesas com Mandados (R\$) <b>0,00</b>	
			Tarifa Bancária (R\$) <b>1,35</b>	
Instruções <b>Pagar nas agências do Banco do Brasil ou Correspondentes Bancários.</b>			Valor Total (R\$) <b>147,87</b>	

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98		<b>Via Banco</b>		Data de Emissão <b>09/08/2018</b>
				Data de Vencimento <b>05/09/2018</b>
Comarca <b>Joao Pessoa</b>	Nº do Processo <b>0819624-97.2015.815.2001</b>	Nº da Guia <b>200.2018.614800</b>	Conta FEPJA <b>1618-7/228.039-6</b>	
Histórico <b>Tipo de Guia:</b> Guia de Custas Finais <b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7 <b>Promovente:</b> SAVIO SILVA DE AGUIAR <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A  <b>Observação:</b> A distribuição do processo será realizada após a confirmação do pagamento da guia.			Custas Judiciais (R\$) <b>97,68</b>	
			Taxa Judiciária (R\$) <b>48,84</b>	
			Despesas Postais (R\$) <b>0,00</b>	
			Despesas com Mandados (R\$) <b>0,00</b>	
			Tarifa Bancária (R\$) <b>1,35</b>	
866300000019 478709283186 520180905207 020186148001 			Valor Total (R\$) <b>147,87</b>	



---

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
10/08/2018 - AUTOATENDIMENTO - 15.46.25  
1509101509 SEGUNDA VIA 0016

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: RUEDA & RUEDA ADVOGADOS  
AGENCIA: 1509-1 CONTA: 43.904-5  
=====

Convenio	TRIBUNAL DE JUSTIÇA-PB	
Codigo de Barras	86630000001-9	47870928318-6
	52018090520-7	02018614800-1
Data do pagamento		10/08/2018
Valor em Dinheiro		147,87
Valor em Cheque		0,00
Valor Total		147,87

-----

DOCUMENTO: 081001  
AUTENTICACAO SISBB: 2.E3C.A5C.540.CE5.FD2



## CÁLCULOS

JOÃO PESSOA

24 de abril de 2019

FERNANDO JOSE DOS SANTOS SILVA





ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
FÓRUM CÍVEL DA CAPITAL  
CONTADORIA JUDICIAL

## INFORMAÇÃO

Levamos ao conhecimento de V. Exa., que somente nesta data foi possível analisar os presentes autos, tendo em vista o acúmulo de serviço neste setor.

Atenciosamente,

João Pessoa, data do protocolo eletrônico.

---

Contadoria Judicial



ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
FÓRUM CÍVEL DA CAPITAL  
CONTADORIA JUDICIAL

**INFORMAÇÃO**

Informamos a Vossa Excelência que as despesas processuais, as quais o réu foi condenado, já foram calculadas e pagas, conforme se confere através do comprovante anexado ao documento de Id. 15940234.

Diante do exposto, estamos devolvendo os autos para apreciação desse Juízo.

João Pessoa, 24 de abril de 2019.

---

Contadoria Judicial

